

2017



RELATÓRIO ANUAL DE INVESTIMENTOS

Gerência de Operações e Planejamento – GOP
Diretoria de Investimentos



Diretor Presidente

Reges Moisés dos Santos

Diretor de Administração e Finanças

Robson Leite de Albuquerque

Diretor Jurídico

Maria Luísa de Magalhães Barbosa

Gerência de Operações e Planejamento

Alisson José Ramos Batista

Angela Maria Monteiro Pandolfo

Bruno Luis Lacerda dos Santos

Flávio Carramanhos Werneck

Kelli Manhães Pessanha

Nícolas Ribeiro da Costa Cardoso

Pedro Daflon Fraiz

Priscila Ramalho do Valle Gonçalves

Rodrigo Santos Martins

Teresa Luiza da Silva Dias

Gerência de Controle e Registro

Antônio Felix de Souza Sobrinho

Camila Gomes Nunes

Cristiane Selem Ferreira Neves

Felipe Menezes da Silva

Helena Cordeiro Silva

Jairo Monteiro de Freitas

Jonathan Fernandes da Silva

Jorge Ribeiro Cruz

Leonardo Monteiro Magalhães

Ligia Ribeiro Passos

Mônica Mathias

Nelito Cardoso Santos Jr

Rômulo Tosta Gonçalves

Sumário

1. CONJUNTURA ECONÔMICA	4
1.1. MERCADO INTERNACIONAL	4
1.1.1. INTRODUÇÃO	4
1.1.2. EUA	5
1.1.3. EUROPA	8
1.1.3. CHINA	11
1.2. PETRÓLEO E CÂMBIO	12
1.2.1. PETRÓLEO	12
1.2.2. CÂMBIO	13
1.3. MERCADO DOMÉSTICO	13
1.3.1. INTRODUÇÃO	13
1.3.2. PIB Brasil	14
1.3.3. INFLAÇÃO	14
1.3.4. TAXA DE JUROS	15
1.3.5. BOLSA	15
1.3.6. TRANSAÇÕES CORRENTES	16
2. ORÇAMENTO	17
2.1 DESPESAS	17
2.1.1. FUNDO FINANCEIRO	17
2.1.2. FUNDO PREVIDENCIÁRIO	19
2.2 RECEITAS	20
2.2.1. FUNDO FINANCEIRO	20
2.2.2. FUNDO PREVIDENCIÁRIO	21
3. FUNDO FINANCEIRO	21
3.1. COMPOSIÇÃO DO ATIVO	21
Royalties e Participações Especiais	22
ICMS Parcelado:	22
Outros:	22
3.2 FLUXO DE CAIXA	22
3.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	25
Investimentos:	26
Retorno:	27
4. FUNDO PREVIDENCIÁRIO	28
4.1 FLUXO DE CAIXA	29
4.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30
Investimentos	31
Retorno	33
5. POSIÇÃO CONSOLIDADA	36
6. IMÓVEIS	37
Composição da Carteira	37
Retorno da Carteira:	38
Gestão da Carteira:	40

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1.MERCADO INTERNACIONAL

1.1.1. INTRODUÇÃO

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a economia global cresceu 3,6% em 2017, desempenho que representa um expressivo resultado da atividade econômica em relação ao ano anterior, acompanhando as recuperações da China e, principalmente, dos EUA.

Nos EUA, o início de 2017 ficou marcado pela posse de Donald Trump e as incertezas políticas que acompanhavam o novo presidente americano. No contexto econômico, o protecionismo comercial e a proposta de reforma tributária foram fatores de maior atenção por parte dos investidores. Entretanto, a dúvida em relação à política econômica de Trump também esbarrava na falta de apoio do Congresso. Nas relações internacionais, os conflitos entre os EUA e a Coreia do Norte geraram apreensão em escala global.

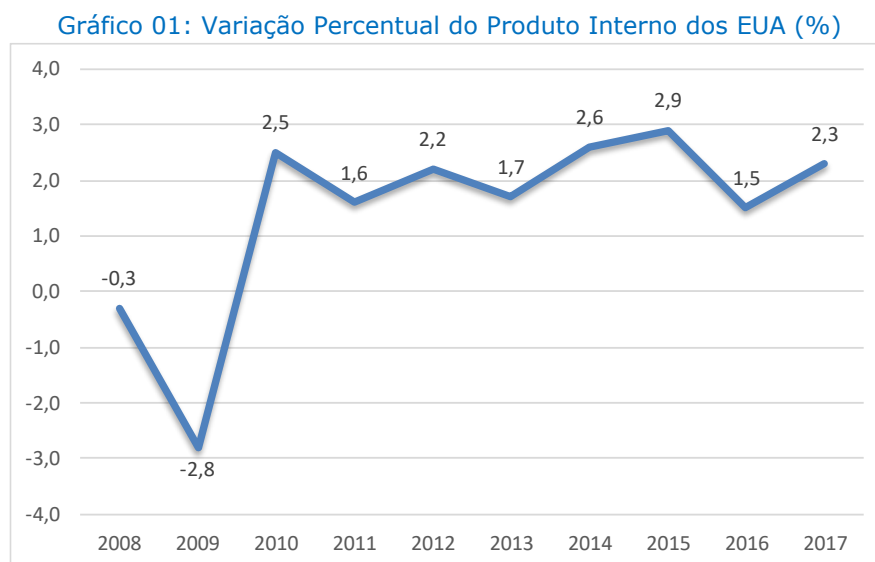
Ainda com relação a economia americana, as expectativas em relação às contas externas foram permeadas de incertezas tendo em vista o receio de impactos de corte de impostos e das disputas comerciais. Ao longo de 2017, observou-se aumento dos dispêndios, componente importante para retomada da atividade econômica dos EUA. Houve aumento na taxa de crescimento do PIB e melhora dos indicadores de mercado de trabalho. Quanto aos aspectos monetários, o aumento de gastos não pressionou a inflação, porém houve aumento na taxa de juros no ano.

Na Europa, o processo de saída do Reino Unido da União Europeia (BREXIT) continuou como uma das principais fontes de instabilidade política. Discordâncias dentro do parlamento inglês trouxeram maiores incertezas em relação ao processo, o que pode causar atraso na saída do país do bloco. Mesmo em meio a este cenário, a União Europeia mostrou recuperação econômica no ano. Seu PIB cresceu 2,8% em 2017, um resultado superior ao de 2016, quando cresceu 2%. Outros indicadores econômicos da região também trouxeram perspectivas positivas, como será demonstrado nos próximos tópicos.

A China manteve forte crescimento econômico no ano de 2017, o PIB cresceu 6,8%. Entretanto, a economia chinesa encontra-se bem distante do crescimento apresentado em meados dos anos 2000 quando, por exemplo, no ano de 2007, seu PIB registrou aumento de 11,4%. Setores fortemente influenciados pelos gastos governamentais sofreram leve desaceleração devido a maior atenção do governo com as contas públicas, mas ainda mostram bons resultados. Entretanto, a elevada dívida pública e privada permanecem como fatores de incerteza, posto que podem servir de gatilho para uma bolha especulativa com capacidade de afetar a economia global.

1.1.2. EUA

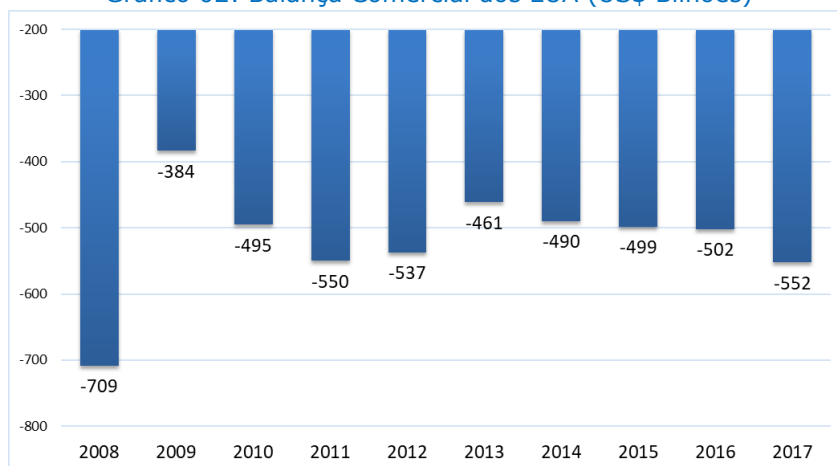
Na maior economia do mundo, o crescimento de 2,3% do PIB em 2017 indicou uma retomada da atividade econômica. O crescimento foi impulsionado pelo aumento nos gastos do consumidor.



Fonte: Bureau of Economic Analysis

O aumento nos gastos do consumidor contrabalanceou a elevação das importações, resultando numa variação positiva do PIB como visto acima. No entanto, na balança comercial, o volume das importações foi superior ao das exportações, resultando em déficit.

Gráfico 02: Balança Comercial dos EUA (US\$ Bilhões)

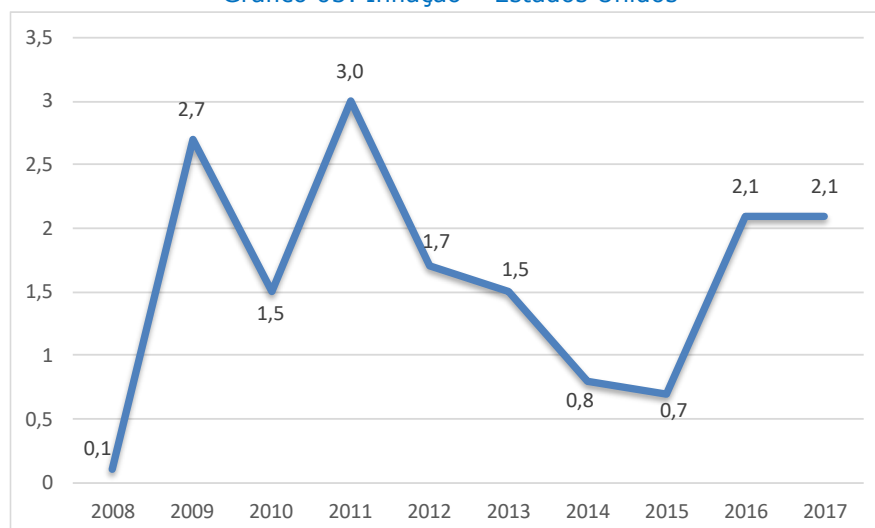


Fonte: Bureau of Economic Analysis

O déficit na balança comercial dos EUA é histórico e obteve destaque no governo de Trump. Com objetivo de reduzir esse descompasso, foi anunciado pelo presidente, ao longo do ano de 2017, intenção de realização de mudanças na política comercial com a China. Grande parte das importações estadunidenses são originadas do país asiático e a imposição de barreiras tarifárias impulsionariam a produção interna. No entanto, a determinação dessa política protecionista ainda depende de acordos e negociações.

No que tange a redução da carga tributária, o governo Trump conseguiu aprovar a diminuição dos tributos no ano de 2017. Apesar dessa política estimular o aumento do consumo, não houve impacto sobre os índices de preço e a inflação manteve-se estável no ano.

Gráfico 03: Inflação – Estados Unidos

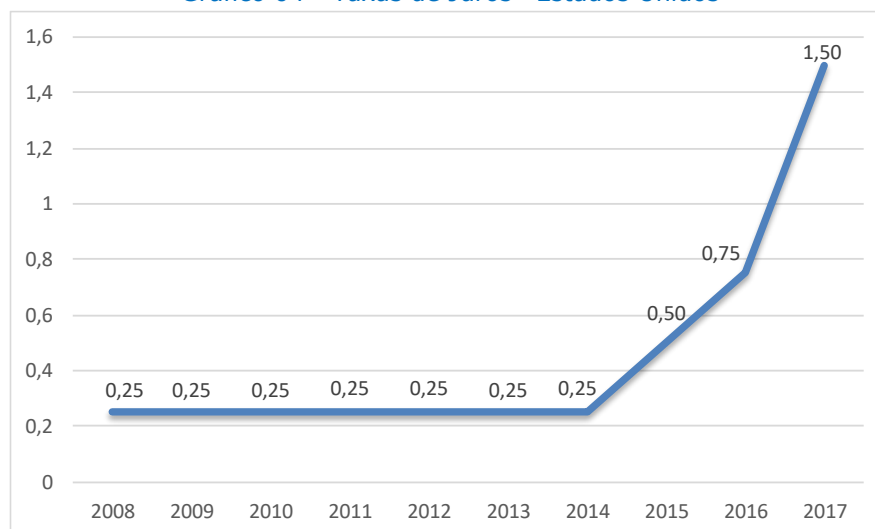


Fonte: Bureau of Economic Analysis/FED

A inflação divulgada pelo Fed foi de 2,1% para 2017, a mesma taxa do ano anterior. O índice manteve-se próximo à meta de inflação, que é de 2%, resultado que

pode ser creditado ao aumento da taxa de juros no ano. Este aumento reduz o acesso ao crédito, fato que freia a expansão do consumo. Ao longo do ano de 2017, a taxa básica de juros nos EUA foi elevada de 0,75% para 1,50% ao ano. Para o ano seguinte, esperam-se novos aumentos na taxa de juros, medida que ajudaria a conter a inflação e favoreceria um maior fluxo de divisas para os EUA.

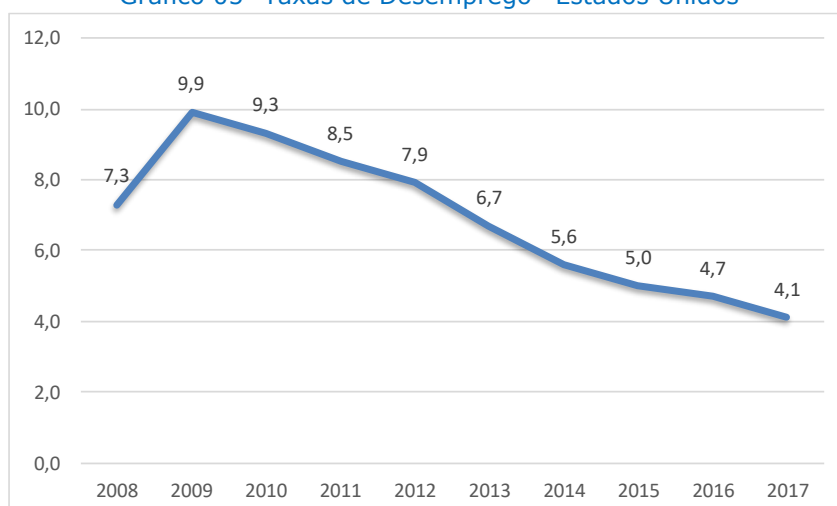
Gráfico 04 - Taxas de Juros- Estados Unidos



Fonte: Federal Reserve/Broadcast

Em relação a taxa de desemprego dos EUA em 2017, destaca-se melhora no indicador, com o registro de 4,1% no ano ante 4,7% no ano anterior, confirmando a tendência de queda observada desde 2009. O resultado positivo foi puxado principalmente pelo setor de serviços.

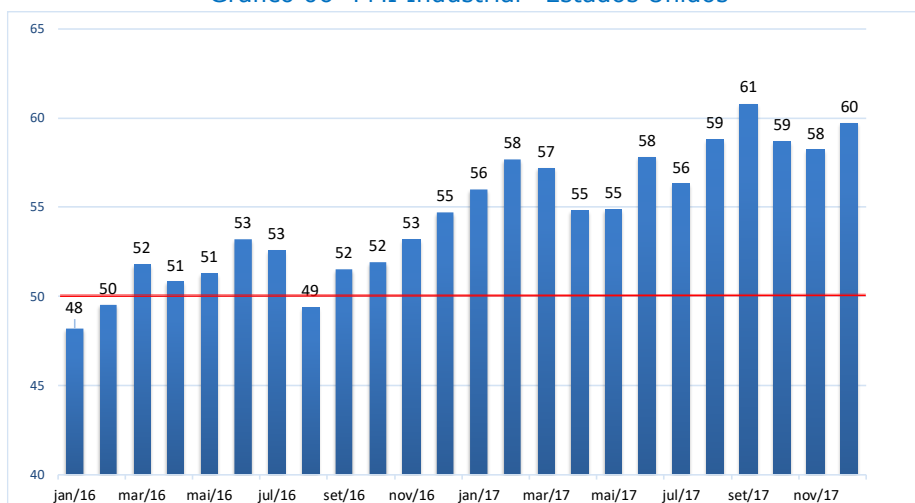
Gráfico 05- Taxas de Desemprego- Estados Unidos



Fonte: Bureau of Labor Statistics

No tocante ao índice de atividade dos gerentes de compras (PMI), destaca-se que a indústria tem mantido sua expansão, dado que a permanência do índice acima de 50 pontos durante seguidos meses indica que a atividade industrial está passando por um período de crescimento significativo. Em 2017, a média anual foi de 57,6, demonstrando um melhor resultado em relação ao ano anterior, o qual apresentou um índice médio de 51,5.

Gráfico 06- PMI Industrial- Estados Unidos

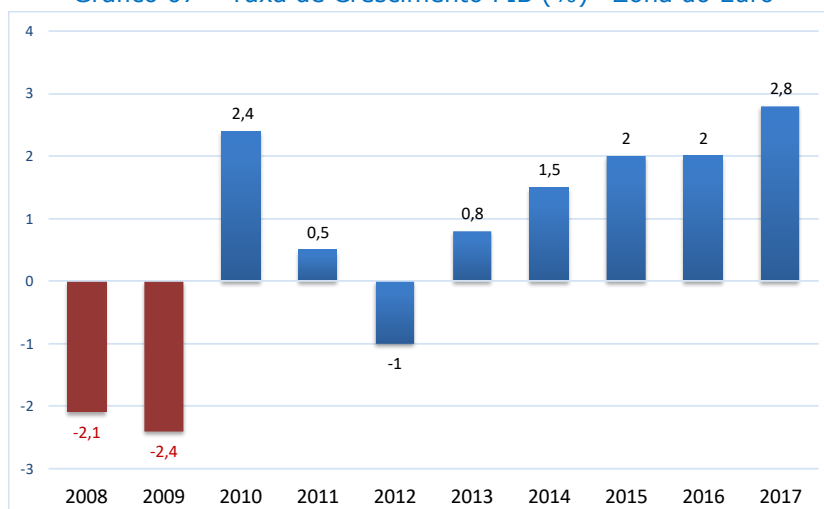


Fonte: Institute of Supply Management (ISM)

1.1.3. EUROPA

Em 2017, o PIB da Zona do Euro cresceu 2,4%. Esse resultado reforça a perspectiva de retomada da atividade econômica da área, tendo em vista a recuperação mais significativa que já se configurava no último trimestre de 2016.

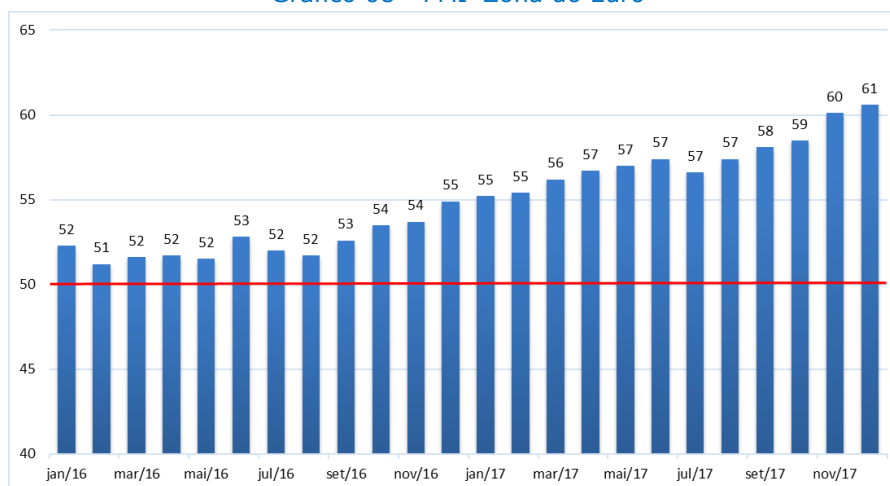
Gráfico 07 – Taxa de Crescimento PIB (%)– Zona do Euro



Fonte: Bloomberg

A trajetória do índice de atividade dos gerentes de compras (PMI) permite a constatação de que a indústria tem apresentado uma tendência de expansão acelerada e sem grandes variações. Além do índice se manter acima de 50 pontos em todos os meses dos últimos dois anos, é possível observar também um crescimento da média anual. Em 2017, a média anual foi de 57,4, enquanto no ano anterior o índice médio foi de 52,5.

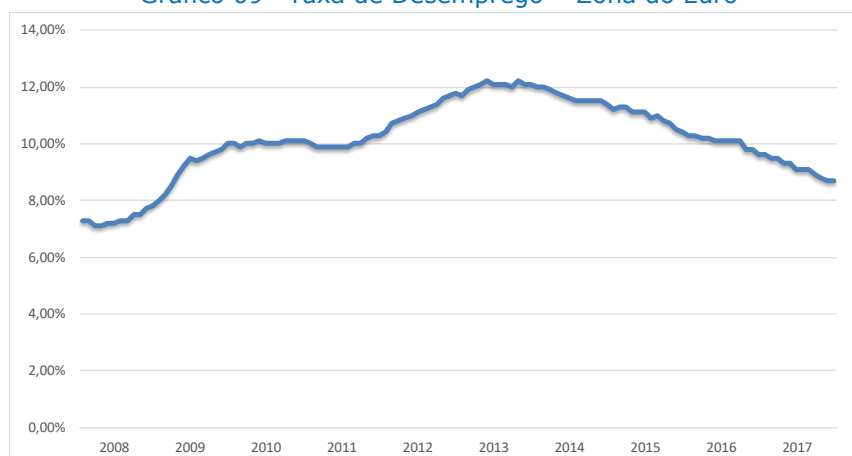
Gráfico 08 - PMI–Zona do Euro



Fonte: Market Economics

Observando-se os gráficos, pode-se perceber a relação entre a atividade industrial e a expansão da economia na região, assim como a redução da taxa de desemprego. A queda da taxa de desemprego pode ser vista a partir de 2013, momento de retomada do crescimento após um ano de recessão, com continuidade da tendência nos anos subsequentes. Com a recuperação no mercado de trabalho em alguns dos países mais prejudicados pela crise do *subprime*, entre eles Portugal e Grécia, a taxa de desemprego em 2017 da Zona do Euro caiu de 9,6% em janeiro para 8,7% em dezembro.

Gráfico 09 –Taxa de Desemprego – Zona do Euro



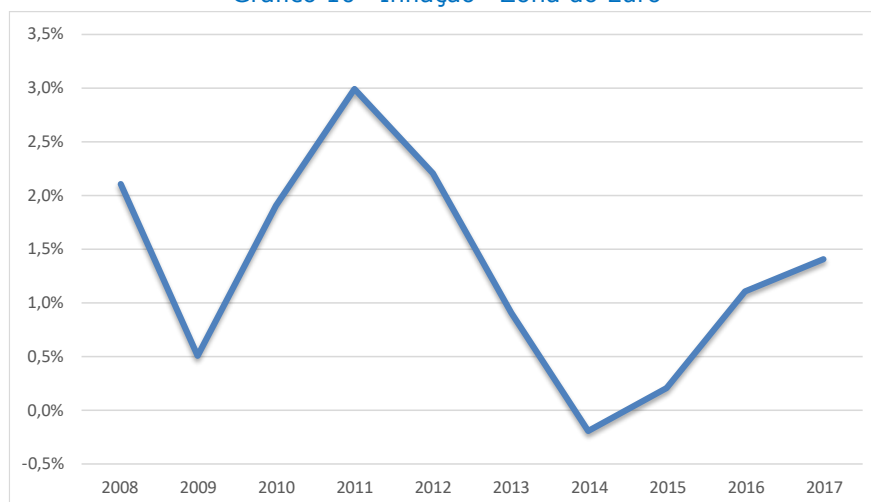
Fonte: Eurostat

A recessão econômica que atingiu o bloco no início desta década havia provocado forte redução nos índices de preço e queda na demanda. Houve redução da receita das empresas, que deixaram de investir e de contratar, reforçando o ciclo depressivo.

No entanto, os diversos pacotes de incentivos do Banco Central Europeu vêm mostrando seus efeitos sobre a economia da região ao longo dos anos recentes. Os estímulos promovidos pela autoridade monetária europeia foram feitos por meio das políticas conhecidas como "Quantitative Easing". O bom desempenho das medidas adotadas tem levado o BCE a cogitar certos ajustes em sua política o que gera expectativa de que a autoridade aumente sua taxa de juros, que se encontra estacionada em 0% a.a..

Em 2017, a inflação na zona do Euro ficou em 1,4% frente a 1,1% em 2016 e 0,2% em 2015, como pode-se observar no gráfico a seguir.

Gráfico 10 –Inflação– Zona do Euro



Fonte: Eurostat

A União Europeia mostra sinais de que entrou em uma trajetória de crescimento sólido, ainda que relativamente lento, comprovando sua tendência de recuperação após a crise do início da década. Os principais indicadores econômicos da região sustentam tal argumento, apresentando uma tendência positiva, ainda que incertezas políticas tenham se apresentado como obstáculos ao crescimento europeu.

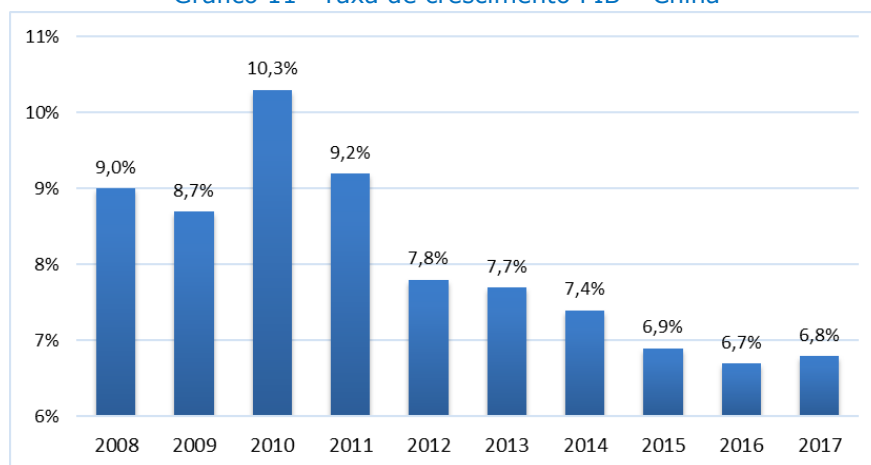
1.1.3. CHINA

A China é a segunda maior potência econômica mundial, a maior economia exportadora e a detentora do maior volume de reservas internacionais no mundo. A economia chinesa cresceu 6,8% em 2017, resultado melhor que o de 2016, quando registrou elevação de 6,7%. O setor de serviços foi responsável por 58,8% do crescimento real do PIB chinês, com forte elevação no ano impulsionada pelo desempenho do setor imobiliário e de empresas de *leasing*. Por outro lado, alguns setores liderados pelo governo, como o de transportes e financeiro sofreram uma leve desaceleração, devido a uma maior preocupação do governo em relação ao déficit público e às questões relativas à expansão monetária no país. As novas medidas de proteção ambiental adotadas pelo governo tiveram um efeito negativo sobre a indústria e sobre o setor de construção, que cresceu à uma taxa de 5,7%, uma nova mínima histórica considerando o forte desempenho ao longo dos últimos anos.

A economia chinesa está passando por um período no qual determinados setores em crescimento, como o comércio de eletrônicos e serviços financeiros, disputam espaço com os setores mais tradicionais, que ainda possuem maior participação geral na economia. Além disso, existe um esforço do governo chinês no sentido de melhorar a situação do déficit público de modo a proteger o país das consequências de uma

possível queda da demanda por exportações chinesas, dada a importância do setor externo na economia do país.

Gráfico 11 –Taxa de crescimento PIB – China



Fonte: Broadcast

1.2. PETRÓLEO E CÂMBIO

1.2.1. PETRÓLEO

De acordo com o boletim da EIA referente ao mês de dezembro de 2017, houve aumento na produção mundial de petróleo e derivados, a produção diária média aumentou 730 mil barris em 2017 frente a 2016, atingindo a marca de 97,98 milhões de barris por dia. Os EUA foram um dos principais responsáveis pelo aumento da oferta mundial, com um aumento em sua produção de 570 mil barris por dia, um aumento de 3,8%. Deve-se notar que a EIA leva em consideração a produção de petróleo bruto e outros combustíveis líquidos, como gás natural liquefeito.

O aumento da produção dos EUA é possível graças a avanços tecnológicos que permitiram maior eficiência na produção de óleo de xisto.

No que tange aos demais países exportadores, recentemente, houve uma mudança no papel da OPEP, que tradicionalmente domina o mercado global de petróleo. A organização vem mostrando esforços no sentido de diminuição da produção, de modo a evitar queda dos níveis de preços da commodity no mercado. Firmou acordos com países parceiros, como a Rússia, para tentar atingir esse objetivo. Entretanto, a política de manutenção do nível de preços por meio de diminuição da produção por parte da OPEP pode vir a mostrar efeitos limitados, uma vez que as expectativas são de um forte aumento da produção dos EUA, Brasil e Canadá.

No que tange a demanda, o consumo global diário médio de petróleo e derivados cresceu 1,39 milhões de barris em 2017 frente a 2016, totalizando 98,34 milhões de barris por dia, de acordo com a EIA. Percebe-se que em 2017 o consumo médio foi

maior que a produção média e, portanto, foi sustentado pelos estoques dos países produtores. Ainda de acordo com dados da EIA, a China foi um dos maiores consumidores de petróleo no ano, com aumento em sua demanda diária da ordem de 400 mil barris frente a 2016, totalizando 13,21 milhões de barris por dia. O aumento do consumo chinês de petróleo reflete o contínuo crescimento industrial do país.

Nessa perspectiva, o atual cenário de recuperação das economias do mundo promove uma tendência de aumento substancial na demanda pela commodity, conforme indicado pela EIA e pela OPEP. Dessa forma, o maior consumo tende a suprir a oferta do petróleo de maneira a compensar a forte produção. Vale ressaltar a importância dos esforços dos membros da OPEP e de outros países não membros, como a Rússia, na tentativa de conter a produção excessiva do petróleo.

1.2.2. CÂMBIO

A cotação média do Dólar durante o ano de 2017 foi de R\$ 3,19, mostrando uma valorização do Real frente à moeda estrangeira se comparado à média de 2016, que foi de R\$ 3,48. A valorização do Real foi motivada pela melhora na percepção do mercado quanto às incertezas do cenário interno brasileiro, após um período de maior conturbação com o processo de *impeachment* deflagrado no ano de 2016.

1.3. MERCADO DOMÉSTICO

1.3.1. INTRODUÇÃO

No cenário nacional, havia expectativa de retomada do crescimento do PIB e de desinflação durante o ano. O crescimento de fato ocorreu e o Brasil saiu da recessão, mas de forma tímida, com o avanço da atividade econômica sendo insuficiente para retomada do emprego. A baixa produção industrial e a queda no setor de serviços explicam o baixo crescimento da produção agregada.

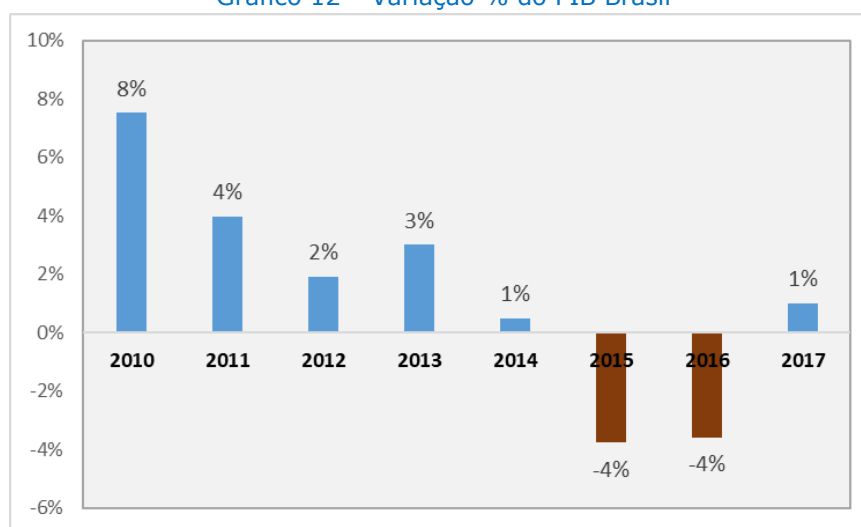
Apesar do país ter saído da recessão, o baixo crescimento econômico apresentado, não só no ano de 2017, como também nos anos anteriores, favoreceu a desaceleração da inflação durante o ano. As expectativas de queda do IPCA sofreram seguidos reajustes conforme o ano avançava e a inflação se aproximava da meta. A taxa de inflação acumulada atingiu patamar abaixo da meta já no primeiro semestre e continuou a reduzir até atingir 2,95% no último mês. Dado o cenário de baixa inflação, observou-se, durante o ano, uma forte queda na taxa básica de juros, com adoção de política monetária menos rígida pelo Banco Central.

Em meio a esse contexto, houve tentativa de aprovação da Reforma da Previdência. O principal objetivo da reforma é o equilíbrio das contas públicas. No entanto, sua votação foi adiada e sofre resistência da oposição. Deve-se destacar, também, que o ano de 2017 foi caracterizado por cenário político conturbado, permeado por várias denúncias de corrupção.

1.3.2. PIB Brasil

A atividade econômica brasileira se recuperou no ano de 2017, após 2 anos de forte retração, como visto no gráfico abaixo. O PIB apresentou crescimento de 1% em 2017 comparado a 2016.

Gráfico 12 – Variação % do PIB Brasil



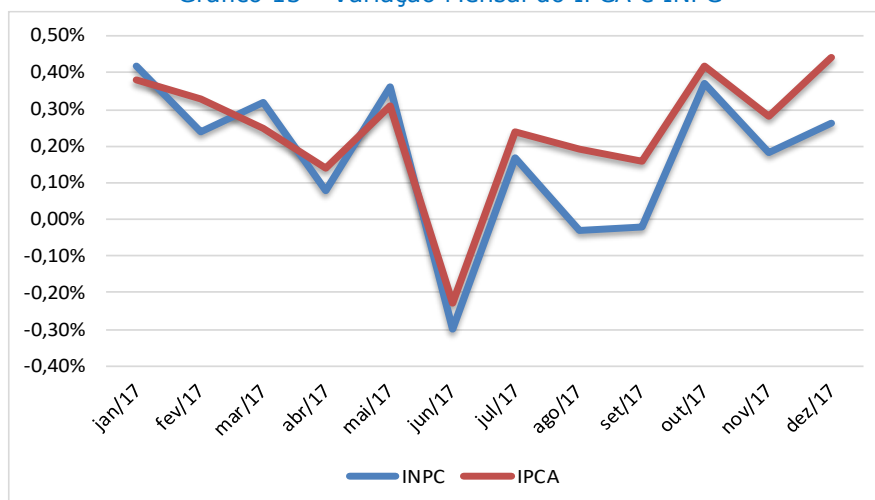
Fonte: IBGE

1.3.3. INFLAÇÃO

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2017 apresentou um crescimento de 2,95%, resultado abaixo do limite inferior da meta para a inflação. A meta definida pelo Conselho Monetário Nacional foi de 4,5%, com banda de 1,50 ponto percentual, fato que limitou a variação entre 3,0% e 6,0%. Esse índice de preço acumulado no ano de 2017 é o menor já apresentado desde o início do Regime de Metas para a Inflação, em 1999.

O baixo IPCA registrado no ano é explicado principalmente pela deflação no grupo *Alimentação e bebidas*, cujo resultado reduziu o índice geral pela sua grande participação na cesta de consumo das famílias. Em relação ao INPC, ressalta-se que o índice foi ainda menor- taxa acumulada de 2,07%. O resultado expressa menor variação nos preços às famílias de baixa renda, já que o INPC utiliza em seu cálculo apenas famílias cuja renda mensal varia entre 1 e 6 salários mínimos.

Gráfico 13 – Variação Mensal do IPCA e INPC

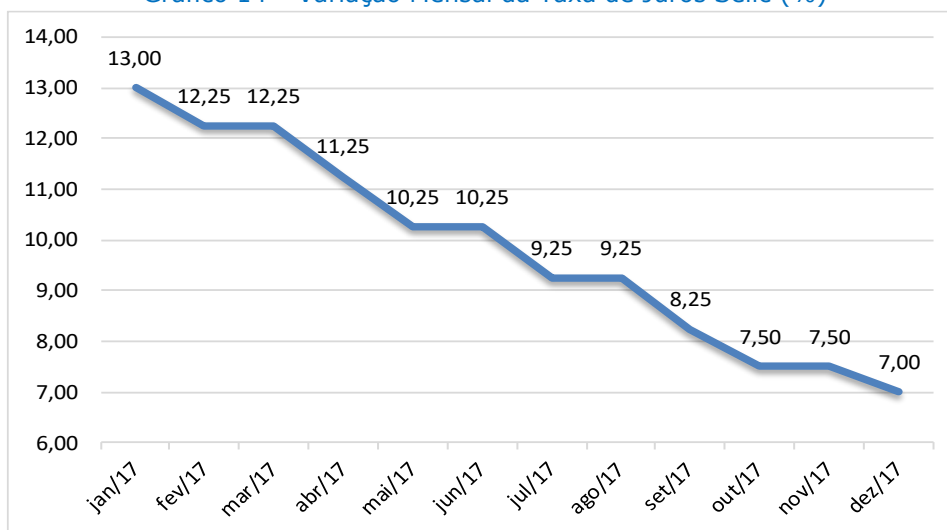


Fonte: IBGE

1.3.4. TAXA DE JUROS

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve em 2017 a tendência de queda da taxa Selic apresentada no final de 2016, quando a meta da taxa marcou 13,75%. Em todas as reuniões do Copom, ao longo do ano de 2017, a meta da taxa Selic foi reduzida e, em grande parte, foi definida redução de 1,00 ponto percentual. No acumulado do ano, pode-se notar uma queda 6,00 pontos percentuais, com a Selic caindo de 13,00% para 7,00% durante o ano.

Gráfico 14 – Variação Mensal da Taxa de Juros Selic (%)



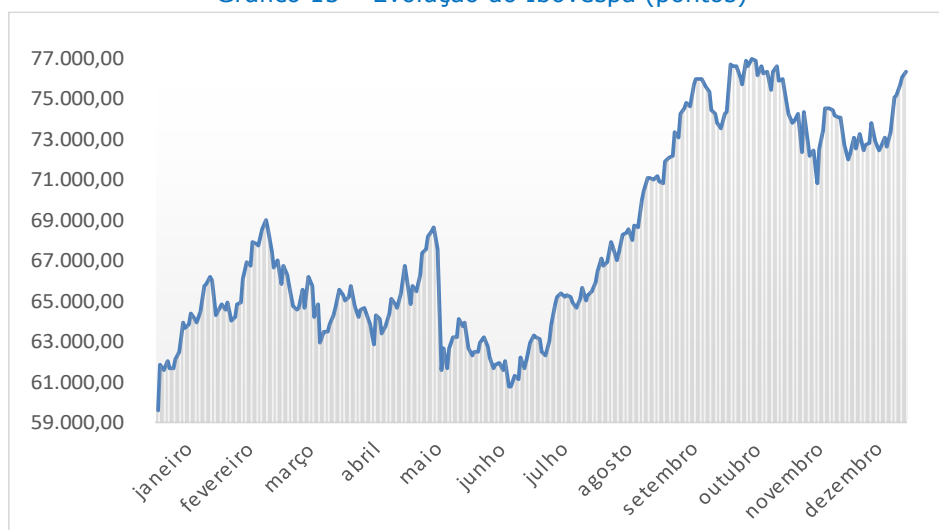
Fonte: Bacen

1.3.5. BOLSA

O índice de ações da Bovespa (Ibovespa) fechou o ano de 2017 com 76.402 pontos, aproximadamente 500 pontos abaixo do valor máximo apresentado durante o ano. O valor mínimo registrado para o ano, por sua vez, foi de 59.588 pontos. A forte

expansão registrada, que representa alta de 28,22% do índice durante o ano, indica uma maior atratividade dos investimentos em renda variável na economia doméstica. O movimento refletiu a leve retomada da atividade econômica e foi intensificado pela queda da taxa básica de juros.

Gráfico 15 – Evolução do Ibovespa (pontos)



Fonte: BM&FBovespa

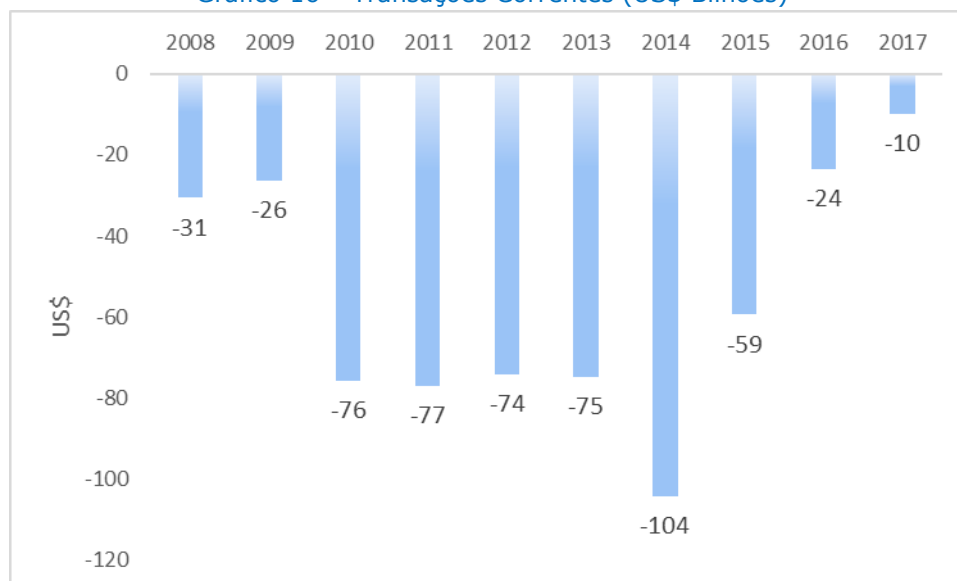
1.3.6. TRANSAÇÕES CORRENTES

No ano de 2017, o resultado das transações correntes do balanço de pagamentos apresentou déficit de US\$ 9,762 bilhões. Esse valor reflete queda em relação ao ano anterior, cujo valor apresentado foi de US\$ 13,784 bilhões, mantendo a tendência de redução observada a partir de 2015.

A melhora no resultado das transações correntes pode ser explicada pelo forte aumento nas exportações, com impacto positivo na balança comercial. Por outro lado, os serviços continuam impedindo um melhor resultado na balança comercial, com destaque para a saída de divisas com viagens e aluguel de equipamentos.

Além do resultado da balança comercial, ressalta-se o impacto da renda enviada ao exterior, principalmente em virtude dos investimentos diretos e em carteira aplicados no Brasil. Apresentando déficit ainda maior do que os serviços, a conta teve forte influência no resultado apresentado nas transações correntes.

Gráfico 16 – Transações Correntes (US\$ Bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil

2. ORÇAMENTO

2.1 DESPESAS

2.1.1. FUNDO FINANCEIRO

Tabela 01: Despesas – Fundo Financeiro

Despesa	R\$ Milhão					
	Dotação Inicial	Dotação Final	Variação (%)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesa paga
Inativos	13.326,18	16.403,38	23,09	12.958,08	12.958,08	11.380,27
Pensionistas	4.238,60	5.286,06	24,71	4.083,64	4.083,64	3.456,88
Pessoal Próprio	50,15	42,53	-15,18	38,65	38,48	34,97
Manutenção do Órgão	108,25	48,28	-55,40	32,42	36,42	28,98
Sentenças Judiciais	185,60	56,60	-69,50	41,41	36,62	41,03
DEA	0,00	0,00	-	2.240,77	2.240,77	2.214,17
Encargos c/Antec. Royalties	2.636,16	4.133,69	56,81	4.129,45	4.129,45	4.129,45
Obras e Instalações	0,30	0,30	0,00	-	-	-
Outras Despesas	205,90	88,07	-57,23	88,66	85,34	78,48
TOTAL	20.751,13	26.058,92	25,58	23.613,08	23.608,80	21.364,24

Fonte: SIAFE-Rio 24/07/2018

Em 2017, o Rioprevidência projetou uma dotação inicial de R\$ 20 bilhões e 751 milhões de reais para suas despesas, sendo a maior parte alocada para pagamento de inativos (64%) e a segunda maior despesa foi para pagamento de pensionistas (20%). Desta dotação 41% estava prevista para ser utilizada com recursos próprios (Fonte 231)

e o restante (59%) com Recursos do Tesouro, na Fonte 100 (Ordinários provenientes de Impostos).

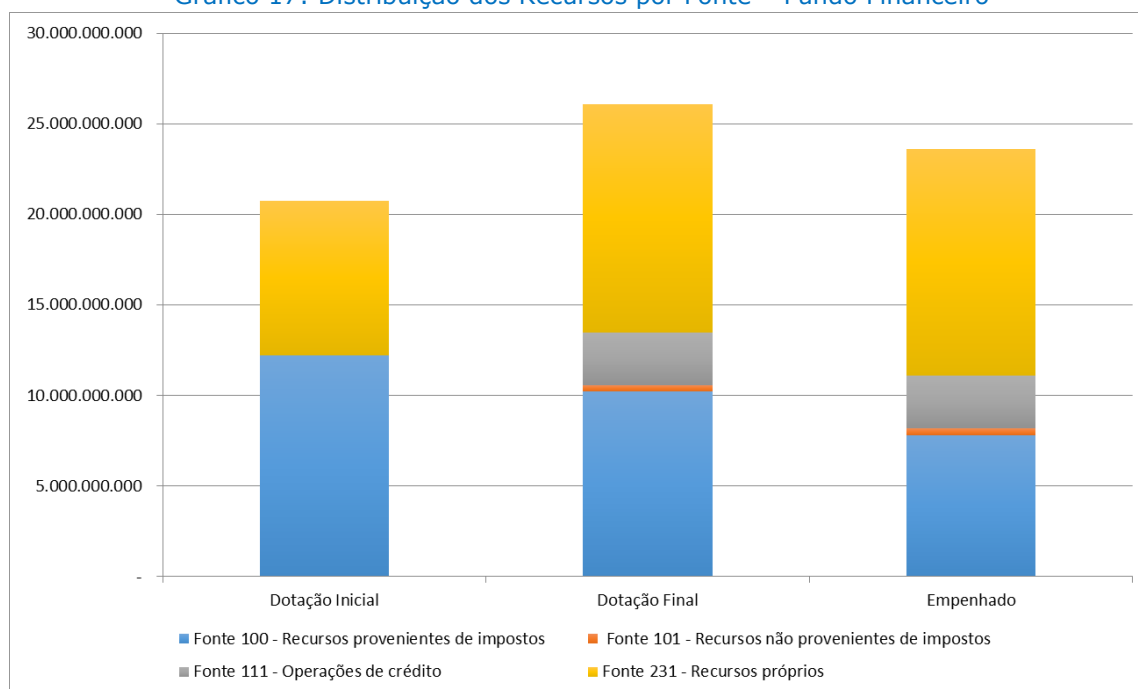
No entanto, durante o exercício foram abertos vários créditos suplementares, o que totalizou uma dotação final de R\$ 26 bilhões e 58 milhões de reais, correspondendo a um acréscimo de aproximadamente 26% em relação ao inicialmente orçado. As suplementações foram utilizadas no pagamento de inativos e pensionistas e com encargos de antecipação de Royalties no período.

Houve um acréscimo de aproximadamente R\$ 4 bilhões no nível de recursos próprios (fonte 231) e de R\$ 1,2 bilhões nos recursos provenientes do Tesouro. No entanto, houve uma alteração na distribuição dos recursos nas fontes do Tesouro, onde foi observado um decréscimo de R\$ 2 bilhões de reais na fonte 100 (recursos provenientes de impostos), e um acréscimo de R\$ 2,9 bilhões na fonte 111 (operações de crédito) e R\$ 365 milhões na fonte 101 (recursos não provenientes de impostos).

Nesse ano, o Rioprevidência empenhou R\$ 23,6 bilhões de reais, o equivalente a 91% da dotação final. Deste montante, as despesas mais relevantes foram com inativos (R\$ 12,9 bilhões), encargos com antecipação de Royalties (4,1 bilhões), pensionistas (R\$ 4,1 bilhões) e despesas de exercícios anteriores (R\$ 2,2 bilhões).

Houve liquidação da maior parte da despesa empenhada (99,98%), tendo-se assim um percentual reduzido de restos a pagar não processados. Todavia, a autarquia encerrou o ano de 2017 com um total de restos a pagar processados na ordem de R\$ 2,24 bilhões, o equivalente a 9,5% da despesa empenhada no período.

Gráfico 17: Distribuição dos Recursos por Fonte – Fundo Financeiro



Fonte: SIAFE-Rio 24/07/2018

2.1.2. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Tabela 02: Despesas – Fundo Previdenciário

Despesa	R\$ Milhão					
	Dotação Inicial	Dotação Final	Variação (%)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesa paga
Inativos	0,57	0,30	-47,93	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,98	1,26	28,01	1,25	1,25	0,86
Desp. Administrativas	12,00	12,00	0,00	10,06	10,06	10,06
Reserva de contingência	239,04	285,85	19,58	0,00	0,00	0,00
PASEP	3,00	3,77	25,67	3,62	3,03	2,84
TOTAL	255,59	303,17	18,62	14,94	14,35	13,77

Fonte: SIAFE-Rio 24/07/2018

No fundo previdenciário, a dotação inicial em 2017 foi de R\$ 255 milhões de reais, ressaltando-se, entretanto, que a maior parte foi orçada no programa de trabalho 997 – Reserva do regime próprio de previdência social. Este programa foi criado para equilibrar o fundo orçamentariamente, pois por ser um fundo novo, seu nível de despesa ainda é muito aquém de suas receitas. Não foram realizados gastos com inativos no fundo previdenciário no ano em análise.

Foram empenhados R\$ 14,94 milhões no fundo previdenciário, sendo a maior parte deste valor alocada para pagamentos de despesas administrativas (67,4%) e PASEP (24,24%). Do total empenhado, 96% foi liquidado (obtendo-se assim um montante de quase R\$ 150 mil de restos a pagar não processados) e foram pagos 92% (restando R\$ 570 mil em restos a pagar processados).

2.2 RECEITAS

Quanto às receitas próprias, no ano de 2017 o Rioprevidência arrecadou R\$ 12,61 bilhões no Fundo Financeiro, representando um acréscimo de 179 % em relação a 2016 quando a receita arrecadada foi de R\$ 4,51 bilhões.

O valor total arrecadado em 2017 foi 47% superior à estimativa inicial.

2.2.1. FUNDO FINANCEIRO

Tabela 03: Arrecadação – Fundo Financeiro

Receita	Estimativa Inicial	Arrecadado em 2017			R\$Milhão
		Valor	Part. %	Variação %	
Royalties	1.182,97	1.969,91	15,62	66,52	
Participação Especial	2.282,93	3.233,88	25,64	41,66	
FEP	4,33	6,84	0,05	57,96	
Contrib. Servidor - Pl. Financ.	2.034,09	1.907,31	15,13	-6,23	
Contrib. Patronal - Pl. Financ.	2.864,00	2.935,39	23,28	2,49	
COMPREV	93,31	98,86	0,78	5,94	
FUNDES	29,70	106,37	0,84	258,14	
Rend. Aplic. Financeiras - Pl.Financ.	2,40	1,33	0,01	-44,51	
Outras Receitas	50,08	2.350,34	18,64	4.592,86	
TOTAL	8.543,82	12.610,23	100,00	47,59	

Fonte: SIAFE-Rio 24/07/2018

As receitas provenientes do petróleo somaram R\$ 5,2 bilhões correspondendo a 41,3% do total de recursos próprios auferidos em 2017, no fundo financeiro. Vale ressaltar que até 2016 os encargos das operações internacionais eram deduzidos do total arrecadado com Royalties. A partir de 2017, por recomendação do Tribunal de Contas esses encargos passaram a ser lançados como despesa.

As contribuições de servidor e patronal somaram R\$ 4,84 bilhões, valor 19,21% maior do que o arrecadado em 2016 que foi de R\$ 4,06 bilhões. Comparativamente à receita inicial, a arrecadação foi 1,14% menor pelo fato de não ter havido pagamento das folhas de 13º Salário de alguns órgãos e, conseqüentemente, a arrecadação das respectivas contribuições.

A receita de COMPREV apresentou variação positiva de 5,94% comparativamente à estimativa inicial.

O fluxo financeiro do FUNDES teve um aumento expressivo em relação à previsão inicial (258,14%) devido a um repasse adicional de 52,6 milhões, no mês de março de 2017 decorrente de ressarcimento de valores provenientes de erro material relativo à base de cálculo na redação do contrato FUNDES da Ambev Nova Rio.

A pequena arrecadação da receita de "Rendimentos de Aplicações Financeiras" decorre da baixa disponibilidade diária de caixa.

No item "Outras Receitas", houve um acréscimo de 4.592,86% em relação ao previamente orçado, totalizando R\$ 2,35 bilhões. Este aumento deve-se principalmente

à entrada de créditos tributários parcelados (R\$ 1,92 bilhões) e recursos repatriados na Operação Lava-Jato (R\$250 milhões).

2.2.2. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Tabela 04: Arrecadação – Fundo Previdenciário

Receita	Estimativa Inicial	Arrecadado em 2017			R\$Milhão
		Valor	Part. %	Variação %	
Contrib.Servidores - Pl. Previdenc.	72,65	81,41	26,85	12,06	
Rend. Aplic. Financeiras - Pl.Previd.	37,35	62,14	20,50	66,38	
Contrib. Patronal - Pl. Previd.	145,59	159,15	52,50	9,31	
Outras Receitas - Pl.Previd.	0,00	0,46	0,15	-	
TOTAL	255,59	303,17	100,00	18,62	

Fonte: SIAFE-Rio 24/07/2018

As receitas do plano previdenciário superaram a projeção inicial em 18,62% no exercício de 2017. Comparativamente ao exercício de 2016, a arrecadação de R\$ 303,17 milhões foi 59% superior à arrecadação de 2016 (R\$190,69 milhões). Este aumento se deveu ao fato de ter ocorrido repasse de contribuições servidor e patronal correspondentes a competência de 2016.

Cabe ressaltar também, aumento na arrecadação proveniente de rendimentos de aplicação financeira em quase 67% em relação ao inicialmente previsto, fato este, consequência da disponibilidade de caixa derivada do superávit do fundo e também de cenário macroeconômico mais favorável a rentabilidade de investimentos.

3. FUNDO FINANCEIRO

3.1. COMPOSIÇÃO DO ATIVO

O Rioprevidência encerrou dezembro de 2017 com ativo total de R\$ 138.095,63 bilhões, 15,34% maior do que o registrado em dezembro de 2016.

Tabela 05: Composição do Ativo

ATIVOS	Dez. 2016	Dez. 2017	Variação %
ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS	111.792,84	130.763,80	16,97%
CAIXA E DISPONIBILIDADES	65,40	110,79	69,40%
DÍVIDA ATIVA	928,88	885,63	-4,66%
IMÓVEIS	371,27	297,98	-19,74%
ICMS PARCELADO	3.234,20	1.992,67	-38,39%
FUNDES	762,54	733,26	-3,84%
VALORES A RECEBER DO ERJ + BERJ	407,04	433,83	6,58%
OUTROS	2.170,59	2.877,67	32,58%
ATIVO TOTAL	119.732,75	138.095,63	15,34%

Fonte: GCO

As variações no ativo são explicadas pelo comportamento de suas contas, conforme especificado a seguir:

Royalties e Participações Especiais: O aumento de quase 17% deve-se principalmente à melhora da expectativa do preço do barril do *brent* no mercado internacional.

ICMS Parcelado: O ICMS parcelado é um ativo incorporado pelo Estado do Rio de Janeiro ao patrimônio do Rioprevidência e trata-se de créditos tributários parcelados, de titularidade do Estado do Rio de Janeiro, existentes até a data de publicação do decreto 36.994, de 25 de fevereiro de 2005. É um direito a receber do Estado do Rio de Janeiro atualizado anualmente pela Secretaria de Fazenda sobre os pagamentos efetuados. A queda de cerca de 38% deste ativo deve-se ao efetivo recebimento de ICMS parcelado no ano em análise no montante de R\$ 1,92 bilhões.

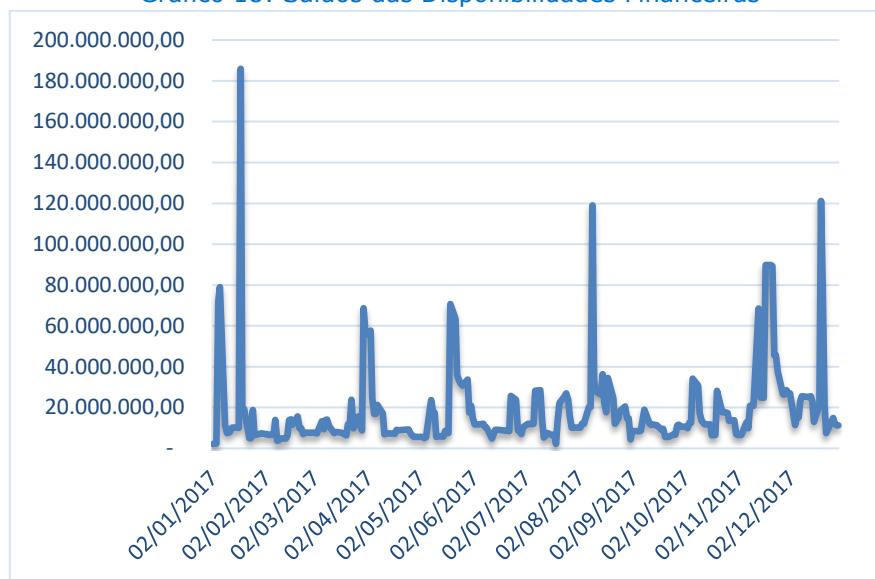
Outros: Nesta conta estão incluídas as seguintes rubricas: contribuições previdenciárias a receber, almoxarifado, responsáveis por danos e perdas, bens móveis, intangível, aluguéis a receber e outros. Houve um aumento de 32,58% nas receitas destas rubricas devido a Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento e de Outros Créditos a Curto Prazo.

3.2 FLUXO DE CAIXA

O Fundo Financeiro iniciou o ano de 2017 com R\$ 1,69 milhões em caixa e encerrou com R\$ 5,4 milhões.

No gráfico abaixo é possível verificar o comportamento dos saldos de caixa mensais do Rioprevidência.

Gráfico 18: Saldos das Disponibilidades Financeiras



Fonte: GOP

Os ingressos financeiros (recursos próprios) totalizaram R\$ 12,61 bilhões, apresentando um acréscimo de 179% em relação ao ano anterior, quando somaram R\$ 4,51 bilhões.

Tabela 06: Demonstrativo de Entrada de Recursos

	Em Mil R\$		
Ingressos	2016	2017	%
Royalties e Participação Especial	33.393	5.210.631	15504%
Contribuição Patronal	2.276.826	2.935.392	29%
Contribuições de Servidores	1.785.558	1.907.311	7%
Créditos Tributários	-	1.924.216	
FUNDES/FREMF	37.468	106.368	184%
Compensação Previdenciária	96.621	98.859	2%
Alienações de Imóveis	17.771	79.359	347%
Aluguéis de Imóveis	9.100	8.022	-12%
Renda de Investimentos	2.923	1.332	-54%
Dívida Ativa	1.838	1.107	-40%
Outros	253.346	337.634	33%
Subtotal Recursos Próprios	4.514.846	12.610.232	179%
Recursos do Tesouro Estadual	9.474.755	8.771.308	-7%
Recursos Total	13.989.601	21.381.540	53%

Fonte: GOP

O aumento significativo da receita se deve a elevação no montante registrado na receita de Royalties e Participação Especial e pelo repasse pelo Tesouro Estadual dos Créditos Tributários Parcelados devidos no valor de R\$ 1,9 bilhão.

O ingresso de R\$ 5,2 bilhões de Royalties e Participação Especial é devido a este ser o montante bruto recebido pelo Rioprevidência após deduções obrigatórias (Dívida da União, FECAM, PASEP e Municípios). Como já mencionado, em seção acima, houve mudança no registro contábil em relação ao ano anterior, 2016, por recomendação do Tribunal de Contas, o qual determinou que os encargos com a antecipação de Royalties

e Participação Especial passassem a ser lançados como despesa. Até 2016, os encargos das operações internacionais eram deduzidos do total arrecadado com Royalties.

Retirando-se o efeito da mudança de registro contábil, em 2017, o Rioprevidência recebeu R\$ 1,081 bilhões de royalties e participação especial (montante após encargos com operação internacional), demonstrando forte crescimento em relação a 2016, quando o Fundo arrecadou apenas R\$ 33,39 milhões. O motivo da elevação deveu-se a melhora significativa do preço do barril do petróleo no mercado internacional.

Destaca-se, também, em 2017, o montante de R\$ 8,77 bilhões de recursos provenientes do Tesouro para satisfazer as necessidades de pagamentos das folhas de inativos e pensionistas. Estes aportes corresponderam a uma redução de 7% das entradas destes mesmos recursos em 2016.

As contribuições de servidor e patronal somaram o valor de R\$ 4,84 bilhões, valor 19% superior do que o arrecadado em 2016 de R\$ 4,06 bilhões. As receitas do COMPREV também tiveram crescimento de 2,32% em relação ao ano anterior.

Como já mencionado em tópico anterior, o fluxo financeiro do FUNDES teve um aumento expressivo devido a um repasse adicional de 52,6 milhões, no mês de março de 2017 decorrente de ressarcimento de valores provenientes de erro material relativo à base de cálculo na redação do contrato FUNDES da Ambev Nova Rio.

Os rendimentos das aplicações totalizaram 1,33 milhões, representando uma redução de 54,45% em relação a 2016. Isso se deveu ao fluxo de caixa médio ter sido inferior ao do ano anterior.

Ademais, em 2017, houve repasse de créditos tributários parcelados no valor de R\$ 1,92 bilhões e entrada de recursos repatriados na Operação Lava-Jato (R\$250 milhões), receita registrada em "Outros".

Com relação aos dispêndios, em 2017, estes somaram o montante de R\$ 21,3 bilhões, valor 53% maior do que o observado em 2016.

Tabela 07: Demonstrativo de Desembolso

Dispêndios	Em Mil R\$		
	2016	2017	Var %
Inativos	9.607.905	11.380.272	18%
Pensionistas	2.615.870	3.456.880	32%
Pessoal Próprio	34.571	34.970	1%
Manutenção do Órgão	22.420	28.978	29%
Sentenças Judiciais	34.232	41.033	20%
DEA	1.546.327	2.214.174	43%
Enc. Ant. Royalties		4.129.451	-
Outras Despesas	109.359	78.482	-28%
Total Fundo Financeiro	13.970.683	21.364.241	53%

Fonte: GOP

Os dispêndios aumentaram 53% em relação ao ano anterior. Como já mencionado, em seções anteriores, houve mudança no registro contábil dos encargos com a antecipação de Royalties e Participação Especial, por recomendação do Tribunal de Contas do ERJ, fator este responsável pelo aumento substancial de despesa registrada. Este tribunal, determinou que os juros e encargos com a operação internacional de Royalties e Participação Especial passassem a ser lançados como despesa. Até 2016, estes encargos eram deduzidos do total arrecadado com Royalties. Com relação aos encargos com a antecipação de Royalties e Participação Especial, estes totalizaram R\$ 4,13 bilhões em 2017, valor superior a R\$1,86 bilhões de 2016. O aumento se deveu a antecipação de pagamentos com amortização de principal dos *bonds* internacionais e das debêntures emitidas no mercado interno.

Os principais compromissos financeiros do Rioprevidência são os pagamentos de benefícios previdenciários. Os dispêndios com folhas brutas totais de inativos, pensionistas somaram R\$ 14,8 bilhões em 2017. Além disso, houve pagamento de despesas com inativos e pensionistas do exercício anterior, 2016, no valor de R\$ 2,24 bilhões de reais. Logo, os dispêndios com inativos e pensionistas resultaram no montante de R\$ 17 bilhões equivalendo a 80% do total de desembolsos do ano. Para custear estas despesas, o Rioprevidência contou com o aporte de R\$ 8,7 bilhões de recursos do Tesouro.

3.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A estratégia de alocação de recursos é estabelecida anualmente no Plano Anual de Investimentos (PAI), documento elaborado pela Diretoria de Investimentos do Fundo, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração e publicado no site do Rioprevidência, sempre antes do início do exercício a que se refere. Esse Plano segue a legislação em vigor e estabelece diretrizes, objetivos e limites para os investimentos.

Mensalmente, o Comitê de Investimentos se reúne para definir a estratégia de alocação de recursos para o mês seguinte, realizando os ajustes necessários frente às alterações da conjuntura econômica e das expectativas em relação ao futuro. As decisões de investimento da Diretoria de Investimentos estão restritas às determinações do PAI e do Comitê de Investimentos.

Conforme definido no PAI, as aplicações financeiras do Fundo Financeiro em 2017 se concentraram em ativos com baixa volatilidade devido a constante saída de recursos do caixa. Ou seja, o Fundo deve ter o mínimo possível de exposição ao risco de mercado.

Portanto, o Rioprevidência aloca seus recursos, principalmente, em cotas de fundos de investimento referenciados DI ou de renda fixa considerados de baixo risco de crédito, com lastro predominantemente em títulos públicos federais.

Investimentos: Em 29 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras da Autarquia totalizavam R\$ 5,45 milhões investidos em fundos de investimento do tipo referenciados DI.

Os fundos de investimento em que o Rioprevidência alocou recursos são do tipo referenciado DI, isto é, com rentabilidade atrelada à taxa de juros pós-fixada de um dia, e do tipo Renda Fixa, com o DI como parâmetro de rendimento.

Tabela 08: Alocação de Recursos

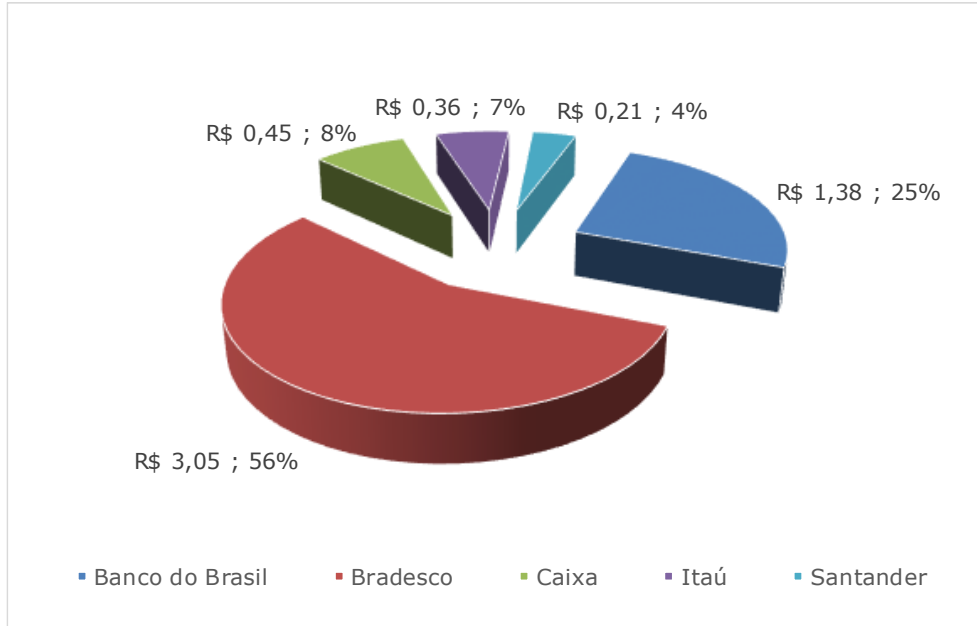
FUNDO FINANCEIRO					DEZEMBRO 2017		
Fundos de Investimento		Participação do RIOPREVIDÊNCIA			Rent. Acum. (%) Tx. Adm.		
Nome do Fundo	Gestor	Valor dos Fundos (R\$ MM)	Part. % no PL dos Fundos	PL dos Fundos	Mês	Ano	(% a.a.)
Bradesco Premium FI Ref. DI	BRAM-Asset	2,89	0,03%	9.371,26	0,53	10,35	0,20
BB Institucional FI Renda Fixa	BB DTVM	1,37	0,12%	1.107,56	0,59	10,20	0,20
Caixa Brasil FI Ref. DI LP	CAIXA	0,45	0,01%	5.699,05	0,52	9,94	0,20
Itaú Institucional FI RF Ref. DI	Itaú	0,36	0,03%	1.294,59	0,53	9,89	0,18
Santander Corporate FIC Ref. DI (*)	Sant.-Asset	0,21	0,00%	6.666,05	0,53	10,10	0,20
Bradesco Federal Extra FI RF Ref. DI	BRAM-Asset	0,15	0,00%	5.358,41	0,53	9,90	0,15
Bradesco H FI RF Ref. DI LP (Antigo HSBC)	BRAM-Asset	0,01	0,00%	5.800,34	0,52	9,96	0,15
BTG Pactual Tesouro Selic FI RF (*)	BTG P.- Asset	0,00	0,00%	834,97	0,52	9,93	0,20
BB Títulos Públicos FI Ref. DI LP	BB DTVM	0,00	0,00%	5.456,04	0,53	9,93	0,10
TOTAL		5,45					

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Caixa, Itaú e Santander.
(*) - Valores bloqueados, em verificação pelo Rioprevidência.

Fonte: GOP e Comdinheiro.

Com relação ao volume de recursos alocado em cada instituição financeira credenciada, dois pontos foram observados: (i) a rentabilidade e a volatilidade que cada fundo apresentava; (ii) a capacidade de absorção dos recursos pelos fundos da Instituição Financeira, dado que o RPPS só pode ter até 15% do total das cotas de um fundo de investimento.

Gráfico 19: Fundos de Investimento – Participação Percentual por Instituição Financeira em dez/17



Fonte: GOP

Tabela 09: Posição Consolidada da Carteira por tipo de risco

FUNDO FINANCEIRO DEZEMBRO 2017		
Posição Consolidada da Carteira	(R\$)	(% do total)
1- Títulos Públicos Federais	3.986.081	1,3%
1.1 - Prefixados	1.795	0,0%
1.2 - Pós-fixados	1.566.013	0,5%
1.3 - Operações Compromissadas	2.418.273	0,8%
2- Títulos Privados de Baixo Risco de Crédito (I)	1.439.135	0,5%
3.1 - CDB	212.121	0,1%
3.2 - Let. Financeira	912.520	0,3%
3.3 - Debêntures	286.853	0,1%
3.4 - DPGE	8.841	0,0%
3.5 - Nota Comercial	18.800	0,0%
3.6 - CRA	7.474	0,0%
3- Cotas de Fundos (II)	14.607	0,0%
4- Tesouraria (III)	6	0,0%
5- Imóveis (IV)	294.977.681	98,2%
Total da Carteira	300.417.510	100,0%

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Banco do Brasil, BTG Pactual, Bradesco, Caixa, HSBC, Itaú e Santander.

(I) Valor em Cotas dos Fundos BB Institucional, BB Perfil FIC RF Prev., Bradesco Premium DI, Caixa FI Brasil DI, Bradesco H FI RF Ref DI LP, Itaú Institucional DI e Santander Corporate que está alocado em títulos privados de baixo risco de crédito.

(II) Valor em Cotas dos Fundos: BB Institucional, BB Perfil FIC RF Prev., Bradesco Premium DI, Bradesco H FI RF Ref DI LP e Santander Corporate investido em outros fundos de investimento.

(III) Recursos mantidos em Tesouraria nos fundos investidos.

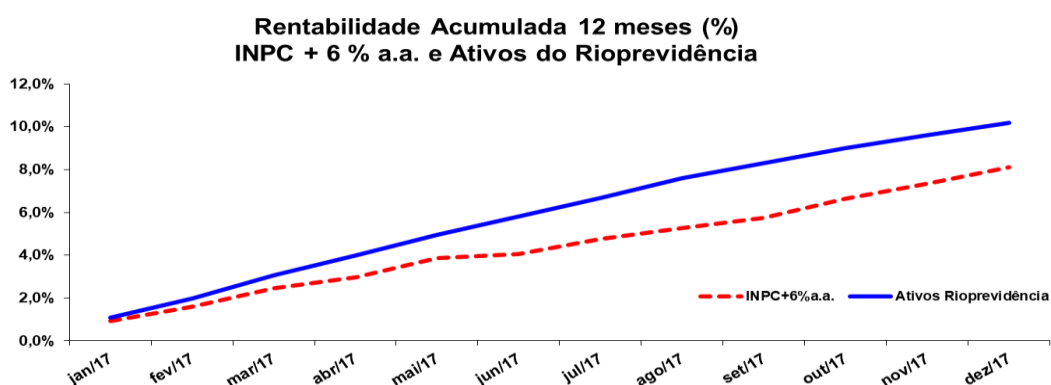
(IV) Refere-se ao valor apurado em 30/11/2017.

Retorno: Sempre que possível, o retorno dos investimentos do fundo financeiro do Rioprevidência deve ser igual ou superior ao INPC + 6% a.a.

Porém, a estratégia dos gestores desta Autarquia para buscar a meta atuarial foi influenciada por dois fatores: (i) a trajetória de queda da taxa básica de juros da

economia ao longo do ano de 2017, saindo de 13,75% a.a. no mês de janeiro para 7,00% a.a. em dezembro do mesmo ano; (ii) baixo volume de disponibilidades em comparação com a despesa mensal, sendo prudente investir os recursos em aplicações com baixa volatilidade, normalmente com rentabilidade atrelada à taxa de juros de um dia (SELIC).

Gráfico 20: Rentabilidade Acumulada da Carteira x Meta – 12 meses (%)



Fonte: GOP

No acumulado do ano, a meta INPC +6% a.a. atingiu 8,12%, enquanto que os ativos do Rioprevidência apresentaram rentabilidade de 10,19%, o que representa 125,56% da meta. Esse desempenho é devido principalmente aos baixos patamares de índices de inflação registrados em 2017 que viabilizaram o resultado auferido a despeito da trajetória de queda da taxa Selic no ano. No acumulado de 2017, o INPC atingiu 2,07% no mês de dezembro, resultado que representou uma expressiva queda quando comparado ao acumulado para o mesmo período do ano anterior, quando o INPC registrado foi de 6,58%.

4. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Em 2012, o Estado do Rio de Janeiro promoveu uma reforma do sistema de previdência dos seus servidores públicos, com o objetivo de, no longo prazo, zerar o déficit atuarial: a previdência complementar e a segregação de massa para quem ingressar no serviço público a partir da data de 04 de setembro de 2013. O sistema previdenciário para estes servidores passou a funcionar da seguinte forma: as contribuições sobre os rendimentos até o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) devem ser destinadas a um fundo previdenciário, cuja gestão segue a forma de

sistema de capitalização e é administrado pelo Rioprevidência; as contribuições sobre os valores que excederem o teto do RGPS são facultativas e devem ser destinadas a uma entidade fechada de previdência complementar - RJPREV.

4.1 FLUXO DE CAIXA

Os ingressos no Fundo Previdenciário totalizaram R\$ 303,16 milhões no ano de 2017, com um acréscimo de 59% em relação ao ano anterior, quando o total foi de R\$ 190,68 milhões. Essa variação refletiu a elevação do número de servidores – tendo em vista que, após o início do fundo, em setembro/2013, todos os servidores que ingressaram no Estado passaram a fazer parte do fundo previdenciário – não obstante o aumento referente às contribuições patronal e de servidores atrasadas relativas ao exercício de 2016.

Tabela 10: Ingressos Fundo Previdenciário

	R\$ Milhões		
INGRESSOS	2016	2017	Var (%)
Contribuições de Servidores	41,19	81,41	98%
Contribuição Patronal	81,14	159,15	96%
Renda de Investimentos	66,04	62,14	-6%
Outros	2,31	0,46	-80%
TOTAL	190,68	303,16	59%

Fonte: GOP

Os dispêndios, em 2017, totalizaram R\$ 13,76 milhões contra R\$ 19,53 milhões de ano do ano anterior. A baixa é devida às despesas com custeio administrativo menores no ano de 2017. Trata-se de uma despesa custeado pelo fundo financeiro que é reembolsada pelo previdenciário e, posto que em 2016 foram reembolsados os custeios relacionados ao ano de 2015 em adição ao do ano corrente (totalizando R\$ 17,5 milhões), a despesa paga foi relativa a dois anos, sendo extraordinariamente maior que em 2017 (R\$ 10 milhões).

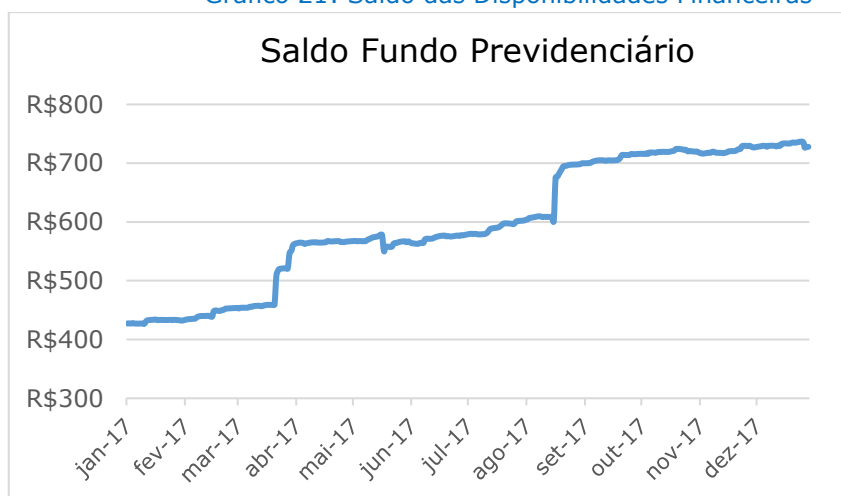
Tabela 11: Dispêndios Fundo Previdenciário

DESPESA	R\$ Mil		
	2016	2017	Var (%)
Pensionistas	217	862	298%
Desp. Administrativas	6.356	10.065	58%
DEA	11.196		
PASEP	1.759	2.838	61%
TOTAL	19.527	13.765	-30%

Fonte: GOP

No gráfico abaixo é possível verificar o comportamento dos saldos de caixa mensais do Rioprevidência, totalizando em 2017, valor superior a R\$700 milhões.

Gráfico 21: Saldo das Disponibilidades Financeiras



Fonte: GOP

4.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Assim como o Fundo Financeiro, as decisões de investimento da Diretoria de Investimentos para o fundo previdenciário estão restritas às determinações do PAI e do Comitê de Investimentos.

O Fundo Previdenciário iniciou a fase de acumulação em 2014 e, conforme definido no PAI, os recursos foram alocados de forma a proporcionar diversificação e aumento do retorno por meio de alongamento do prazo médio da carteira de investimentos.

Com o objetivo de proporcionar maior diversificação à carteira do Fundo Previdenciário, ao longo do ano de 2017, promoveram-se aplicações em diferentes fundos de investimento que apresentaram relação risco-retorno compatíveis com as diretrizes de investimento definidas. Foram aplicados recursos em fundos de

investimento referenciados em IRFM, IDKA, fundos referenciados em IMA B abertos, além do aumento da posição alocada em fundos de estratégia mista, tendo em vista que as aplicações dos anos anteriores se concentraram em fundos fechados referenciados em IMA B com carteiras compostas por títulos públicos federais NTN-B, destacando-se, no entanto, os diferentes prazos de vencimento. Em relação a concentração anteriormente citada, é preciso ressaltar que taxa de retorno destes títulos é composta pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) somado ao spread, o que propiciou uma maior proteção contra a escalada inflacionária iniciada ao final do ano de 2014, não obstante sua aderência à meta atuarial do Fundo Previdenciário.

Apesar da maior diversificação verificada no ano de 2017, a maior parte dos recursos que compõem o Fundo Previdenciário permanece alocada em fundos fechados referenciados em IMA B.

Investimentos: Em 29 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras do Fundo Previdenciário totalizavam R\$ 727,80 milhões, investidos nos fundos relacionados na Tabela 12. Com a diversificação promovida no ano ora analisado, a participação nesse total referente aos títulos NTN-B passou de 91% no ano anterior para aproximadamente 63,1%, alocação que está em conformidade com a concretização da estratégia de investimentos definida no PAI 2017.

A maior participação na carteira denotada pelos fundos de investimento administrados pela Caixa (Gráfico 22), no Fundo Previdenciário, corresponde a aplicação em fundos vértices, fundos estes abertos em sua maior parte no ano de 2015. A compra desses fundos ocorreu em sua maioria na Caixa Econômica Federal devido ao fato de Caixa e Banco do Brasil serem as únicas instituições financeiras a prover esse tipo de fundo à época. Os fundos vértices possuem em sua carteira o título público NTN-B e sua carência coincide com o vencimento do título. Ao se levar até o vencimento, fica garantida a taxa real contratada no momento da compra. As taxas reais contratadas até o presente momento foram acima de 6,30% ao ano, superior à meta de 5% ao ano do Fundo Previdenciário.

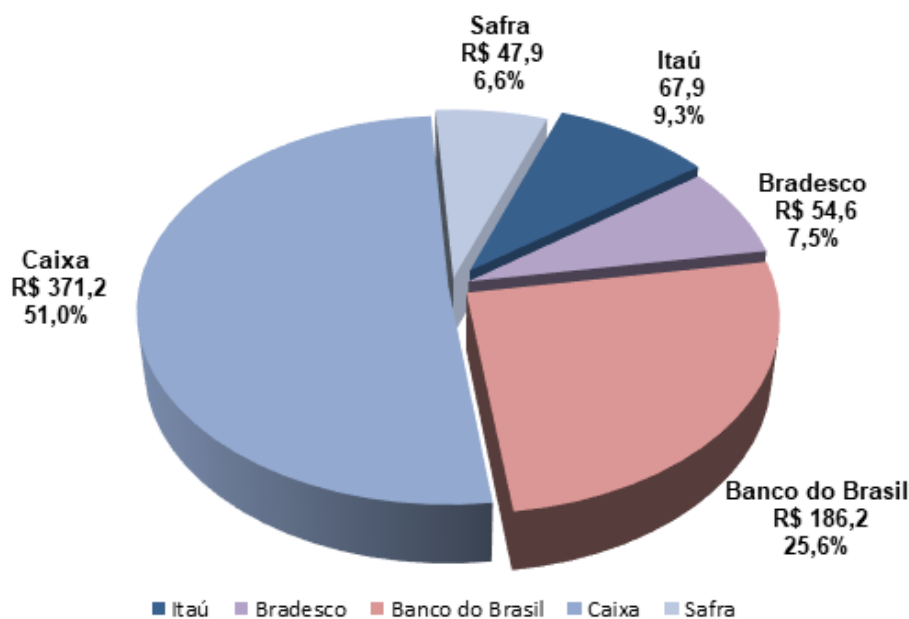
Tabela 12: Alocação de Recursos

FUNDO PREVIDENCIÁRIO							
Fundos de Investimento	Participação do RIOPREVIDÊNCIA			Rent. Acum. (%) Tx. Adm.			
Nome do Fundo	Gestor	Valor dos Fundos (R\$ MM)	Part. % no PL	PL dos Fundos	Mês	Ano	(% a.a.)
BB IDKA2	BB DTVM	108,74	2,00%	5.436,55	0,86	12,40	0,20
Caixa Brasil 2024 IV TP FI RF	Caixa	107,79	10,97%	983,03	0,60	10,36	0,20
Caixa Brasil 2018 II TP FI RF	Caixa	90,55	2,80%	3.239,70	0,35	7,24	0,20
Caixa Brasil 2030 III TP FI RF	Caixa	50,78	20,63%	246,15	0,77	9,24	0,20
Safra Executive 2	Safra	47,92	13,58%	352,78	0,61	11,34	0,50
Caixa Brasil 2020 IV TP FI RF	Caixa	35,39	3,73%	948,63	1,05	10,53	0,20
BB Previdenciário RF Alocação Ativa	BB DTVM	30,84	1,56%	1.974,29	0,90	12,26	0,30
Caixa Brasil 2024 VI TP FI RF	Caixa	28,95	16,04%	180,54	0,60	10,36	0,20
Itaú Institucional Alocação Dinâmica II	Itaú	26,81	3,26%	822,93	0,80	12,85	0,40
Bradesco RF IMA-B 5	BRAM-Asset	26,70	8,26%	323,45	0,87	12,66	0,20
Caixa Brasil 2018 IV TP FI RF	Caixa	24,09	8,47%	284,26	0,35	7,23	0,20
Caixa Brasil 2020 III TP FI RF	Caixa	18,87	15,66%	120,53	1,05	10,53	0,20
Itaú Institucional Alocação Dinâmica	Itaú	18,19	1,25%	1.451,06	0,80	12,87	0,40
BB TP X FI RF Previdenciário	BB DTVM	18,04	3,58%	504,40	0,90	13,60	0,20
BB TP XI FI RF Previdenciário	BB DTVM	17,53	9,80%	178,91	1,03	13,75	0,20
Itaú Institucional TP Renda Fixa FI	Itaú	16,55	18,50%	89,47	0,70	9,46	0,20
Bradesco RF IDKA2	BRAM-Asset	15,93	12,68%	125,62	1,36	15,82	0,20
Bradesco Premium DI	BRAM-Asset	12,00	0,13%	9.371,25	0,53	10,35	0,20
Caixa Brasil IMA B 5+ TP FI RF LP	Caixa	10,01	1,09%	915,10	0,75	12,44	0,20
BB Previdenciário RF TP IPCA VI FI	BB DTVM	6,54	2,02%	323,86	0,93	13,69	0,20
Itaú Inflação 5	Itaú	5,34	0,31%	1.738,38	0,85	12,14	0,40
Caixa Brasil FI Ref. DI LP	Caixa	4,74	0,08%	5.699,05	0,52	9,94	0,20
BB IMA-B 5+ TP FI RF Previdenciário	BB DTVM	2,49	0,26%	945,15	0,75	12,17	0,20
BB Perfil FIC Renda Fixa Previdenciário	BB DTVM	2,02	0,05%	4.205,42	0,58	10,08	0,20
Itaú Institucional FI RF REF. DI	Itaú	0,99	0,08%	1.294,59	0,53	9,89	0,18
TOTAL		727,80					

Fonte: GOP

Gráfico 22: Fundos de Investimento – Participação Percentual por Instituição Financeira em dez/17

Participação por Instituição Financeira em Fundos de Investimento - R\$ Milhões



Fonte: GOP

Tabela 13: Posição Consolidada da Carteira por tipo de risco

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DEZEMBRO 2017		
Posição Consolidada da Carteira	(R\$)	(% do total)
1 - Títulos Públicos Federais	601.132.698	82,6%
1.1 - Prefixados	14.331.725	2,0%
1.2 - Pós-fixados	14.716.214	2,0%
1.3 - NTN-B (IPCA)	534.510.726	73,4%
1.4 - Operações Compromissadas	37.574.033	5,2%
2 - Títulos Privados de Baixo Risco de Crédito (I)	18.700.579	2,6%
2.1 - CDB	1.177.189	0,2%
2.2 - Let. Financeira	15.483.255	2,1%
2.3 - Debêntures	1.554.328	0,2%
2.4 - DPGE	202.242	0,0%
2.5 - Nota Comercial	283.565	0,0%
3 - Cotas de Fundos (II)	107.963.039	14,8%
4 - Tesouraria (III)	4.070	0,0%
5 - Imóveis	0	0,0%
Total da Carteira	727.800.386	100,0%

Fonte: RIOPREVIDÊNCIA, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa e Itaú.

(I) Valor em Cotas dos Fundos BB Perfil FIC RF Prev., Bradesco Premium DI, Caixa FI Brasil DI e Itaú Institucional DI e Safra Executive 2 FI RF que está alocado em títulos privados de baixo risco de crédito.

(II) Valor em Cotas dos Fundos BB Perfil FIC RF Prev., BB Prev. RF Alocação Ativa, Bradesco Premium DI, Bradesco Institucional FIC IMA B 5, Itaú Institucional Alocação Dinâmica, Itaú Institucional Alocação Dinâmica II, Itaú Institucional RF Inflação 5 e Safra Executive 2 FI RF investido em outros fundos de investimento.

(III) Recursos mantidos em Tesouraria nos fundos investidos.

Fonte: GOP

Retorno: O retorno dos investimentos do Fundo Previdenciário deve ser igual ou superior à meta atuarial que é INPC + 5% a.a.

A estratégia dos gestores desta Autarquia para buscar a meta atuarial foi influenciada por dois fatores: (i) priorização de investimentos de médio e longo prazo, porém mantendo uma parcela de recursos mais líquidos para constituição de cobertura de riscos.

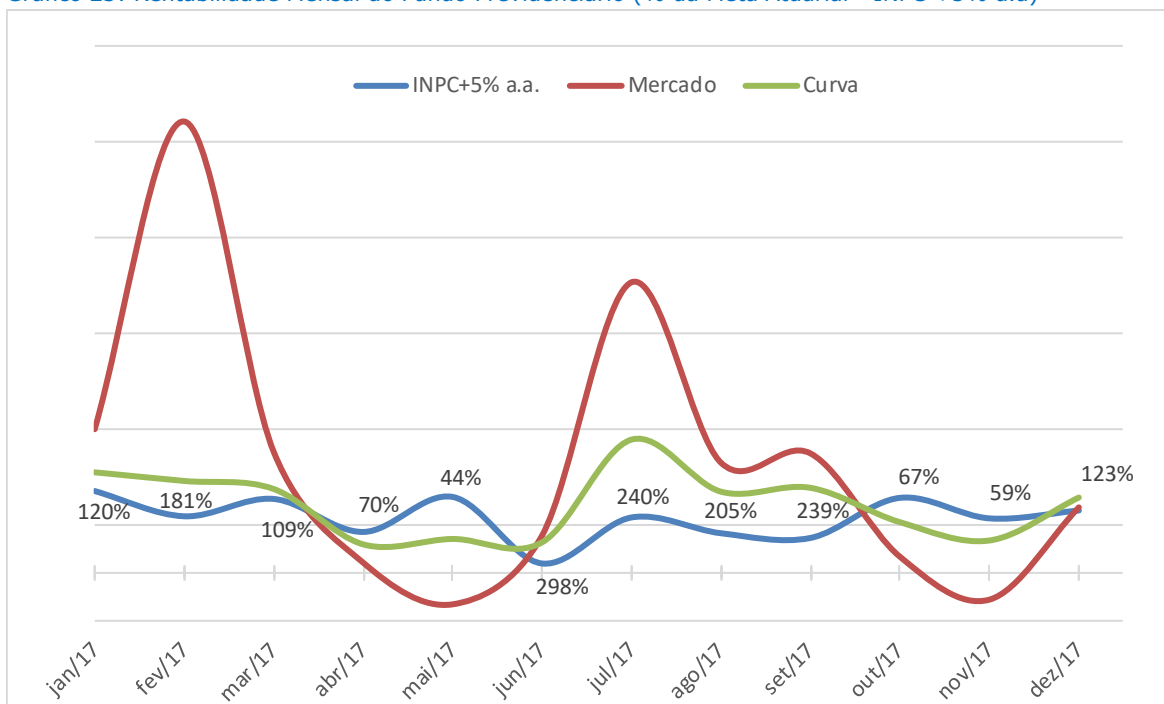
No ano de 2017 a economia brasileira mostrou recuperação frente a crise econômica iniciada em 2014, ainda que incipiente, considerando a base fraca do ano anterior. Segundo dados do IBGE, o PIB apresentou crescimento de 1,0%, um crescimento de baixo patamar que foi acompanhado por inflação em queda. O IPCA registrado no período foi de 2,95%, ficando abaixo do limite inferior da meta de referência para a política monetária do Banco Central. O ano foi acometido por forte instabilidade política, marcado pela continuidade do cenário conturbado deflagrado com o processo de *impeachment* em 2016 e agravado pelas denúncias de corrupção envolvendo as principais lideranças do governo, inclusive o presidente da república. A conjuntura de elevada instabilidade política levou ao registro de expressiva volatilidade nos fundos de investimento com benchmark IMA-B considerando a precificação a

mercado dos títulos componentes na carteira destes fundos (NTN-Bs). As principais denúncias que atingiram o presidente Michel Temer, em especial, levaram a uma forte queda no desempenho dos fundos integrantes da carteira em meados do mês de maio. No entanto, o cenário de alento na economia e baixa inflação aliado a boa repercussão no mercado das sinalizações da agenda de reformas do governo Michel Temer tiveram impacto positivo nas expectativas dos agentes, propiciando uma significativa recuperação da rentabilidade dos investimentos do Fundo Previdenciário ao longo do restante do ano.

Deve-se destacar que, mesmo dentro de um quadro de alta instabilidade política, o retorno efetivo esperado para as NTN-Bs, representado pela metodologia de marcação na curva, manteve-se em linha com a meta atuarial no ano (Gráfico 23). A metodologia de precificação na curva considera a taxa de aquisição do papel na data da compra e o carregamento do título até o vencimento. Não leva em consideração a intensa volatilidade das taxas e preços da NTN-B no mercado. No acumulado do ano, os ativos do Rioprevidência, considerando metodologia na curva, apresentaram um resultado de 124% da meta atuarial – INPC +5% a.a – com 10,01% no período analisado contra 7,11% da meta.

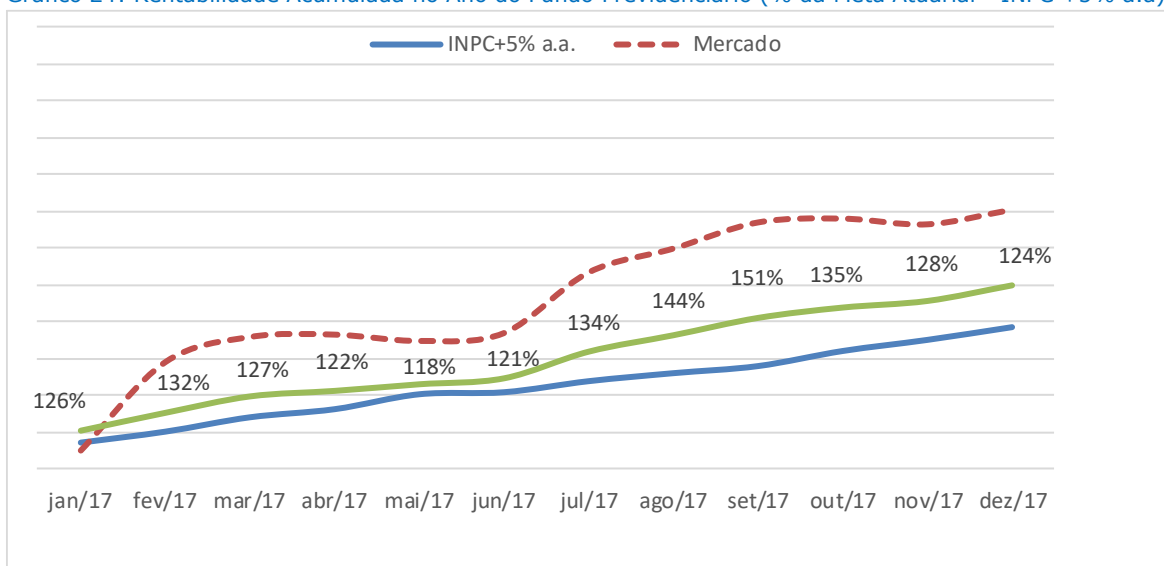
A rentabilidade a mercado do Fundo Previdenciário, em 2017, foi de R\$72.689.368, o que representou rendimento de 14.55% a.a. frente a uma meta atuarial de 7,11% a.a..

Gráfico 23: Rentabilidade Mensal do Fundo Previdenciário (% da Meta Atuarial - INPC +5% a.a)



Obs: Os valores em destaque representam o percentual da meta atuarial atingida pelo Fundo Previdenciário considerando metodologia de cálculo na curva para os fundos que possuem NTN-B com carência até vencimento.

Gráfico 24: Rentabilidade Acumulada no Ano do Fundo Previdenciário (% da Meta Atuarial - INPC +5% a.a)



Obs: Os valores em destaque representam o percentual da meta atuarial atingido pelo Fundo Previdenciário considerando metodologia de cálculo na curva para os fundos que possuem NTN-B com carência até vencimento.

Fonte: GOP

5. POSIÇÃO CONSOLIDADA

Os investimentos no ano, considerando a posição consolidada dos fundos financeiro e previdenciário respeitaram todos os limites definidos no Plano Anual de Investimentos.

Ressalta-se que no dia 19/10/2017, por meio da resolução CMN 4.604, o Conselho Monetário Nacional alterou a resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Para fins de cômputo dos limites, de acordo com o artigo 6º da Resolução, foram excluídos: (i) os ativos vinculados por lei ao regime próprio de previdência social; (ii) demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária do regime próprio de previdência social. Desta forma, os recursos referentes aos ativos: Royalties de petróleo e FUNDES, que antes eram considerados para fins de cálculo de limites das aplicações no Rioprevidência, foram excluídos. Os limites passaram a ser apurados da forma apresentada abaixo, somando-se as aplicações financeiras dos Fundo Financeiro e Previdenciário.

Tabela 14: Posição Consolidada por Segmento

FUNDO FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO (CONSOLIDADO)			DEZEMBRO 2017	
Posição da Carteira em 29/12/2017, por Limites do PAI e Resolução nº 3.922/10 e alterações				
Segmento	Tipo de Ativo	% (IV)	Limites PAI (% total)	Limite da Resolução nº 3.922/10
Renda Fixa (I)	FI 100% títulos TN (Art. 7º,I,b)	<u>78,08%</u>	100,0%	Até 100,0%
Renda Fixa (II)	FI RF ou Referenciado (Art. 7º,III,a)	<u>5,81%</u>	80,0%	Até 60,0%
Renda Fixa (III)	FI de Renda Fixa (Art. 7º,IV,a)	<u>16,11%</u>	30,0%	Até 30,0%
Total Renda Fixa		<u>100,00%</u>		
Total dos Recursos (R\$)		733.247.689,29		

Glossário: (Limites definidos no PAI) Plano Anual de Investimentos	(I) Subíndices do IMA ou do IDkA, exceto subíndice atrelado a taxa de juros de 1 dia, com carteira composta somente por títulos públicos. (II) Subíndices do IMA ou do IDkA, exceto subíndice atrelado a taxa de juros de 1 dia. (III) Fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto (III) Valor total do Ativo total apurado em 29/12/2017. (F Financeiro + F. Previdenciário) (IV) Refere-se ao ativo total apurado em 29/12/2017. (F Financeiro + F. Previdenciário)
---	--

Fonte: GOP

6. IMÓVEIS

Composição da Carteira: A carteira imobiliária do Rioprevidência iniciou o período de 2017 com 241 registros imobiliários. Estes imóveis foram incorporados ao patrimônio do fundo com a finalidade, conforme a Lei Estadual 3.189/99, de capitalizar o Fundo, visando garantir o pagamento de benefícios previdenciários atuais e futuros.

Durante o ano de 2017, o Rioprevidência obteve também 4 imóveis, avaliados em aproximadamente R\$ 5,5 milhões, por meio de Termo de Transferência da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento (SEFAZ), integrante da Administração Direta do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Somados aos 241 já incorporados previamente, o Rioprevidência passou a contar com 245 imóveis em sua carteira.

Visando à obtenção de renda e liquidez, o Rioprevidência iniciou no ano de 2010 o processo de venda de ativos Imobiliários. Prosseguindo com essa estratégia, no ano de 2017 foram realizadas diversas licitações de venda de imóveis. Somente no ano de 2017 foram assinadas 11 escrituras de compra e venda, continuando assim o processo de dar liquidez à carteira imobiliária do Fundo, que passou a ser composta por 234 imóveis, conforme tabela a seguir:

Tabela 15: Carteira Imobiliária

Carteira Imobiliária		
	Quantidade	%
Terreno	131	56%
Imóvel Comercial	58	25%
Imóvel Residencial	11	5%
Imóvel Uso Próprio	34	14%
Total	234	100 %

Fonte: GCR

As vendas realizadas só neste último ano resultaram em ingressos financeiros de aproximadamente R\$ 77,8 milhões no Fundo, aumentando significativamente este tipo de receita em comparação com os anos anteriores a 2010.

Diante da quantidade de imóveis vendidos e transferidos durante o ano de 2017, o valor patrimonial da Carteira Imobiliária teve uma diminuição de aproximadamente R\$ 72 milhões durante o exercício, justificada principalmente pelo número de imóveis vendidos. Desta forma, a carteira do Fundo encerrou o ano em R\$ 300 milhões.

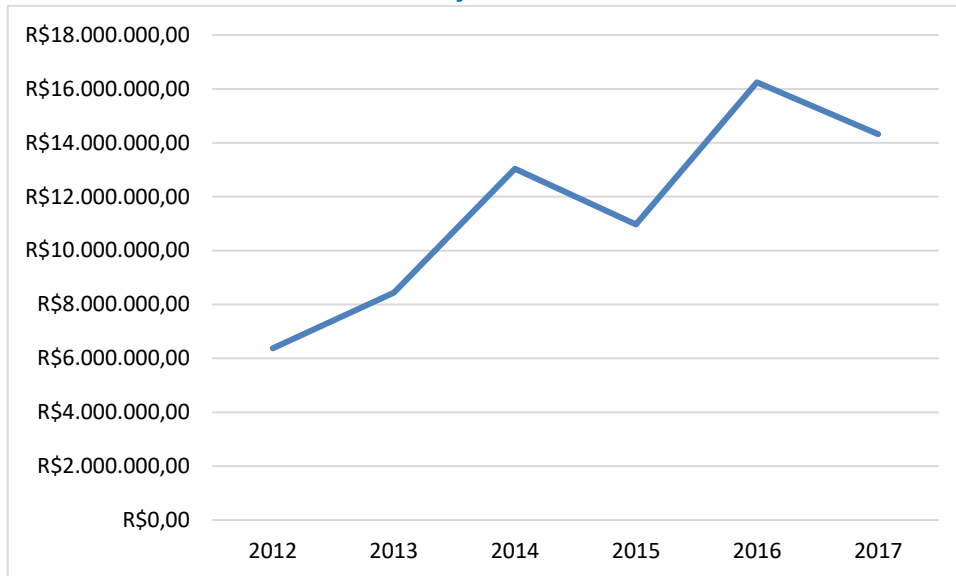
Tabela 16: Valor da carteira imobiliária sob a gestão do Fundo

Carteira Imobiliária			
Ano/Período	Quantidade	Valor Patrimonial (R\$ - Milhões)	Variação
2003-2006	460	185	-
2007	949	320	72%
2008	948	460	43%
2009	930	422	-9%
2010	368	333	-21%
2011	306	205	-38%
2012	296	236	-13%
2013	322	268	13%
2014	314	288	7%
2015	302	382	32%
2016	241	372	-5%
2017	234	300	-24%

Fonte: GCR

Retorno da Carteira: A arrecadação da carteira imobiliária teve um aumento em 2016, motivada pelos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Entretanto, com o encerramento do evento, o mercado de aluguel de imóveis voltou a apresentar sinais de retração. Assim, a receita proveniente deste ativo passou de aproximadamente R\$ 16 milhões em 2016 para aproximadamente R\$ 14 milhões em 2017, um número ainda considerado positivo diante do patamar da crise vivenciada.

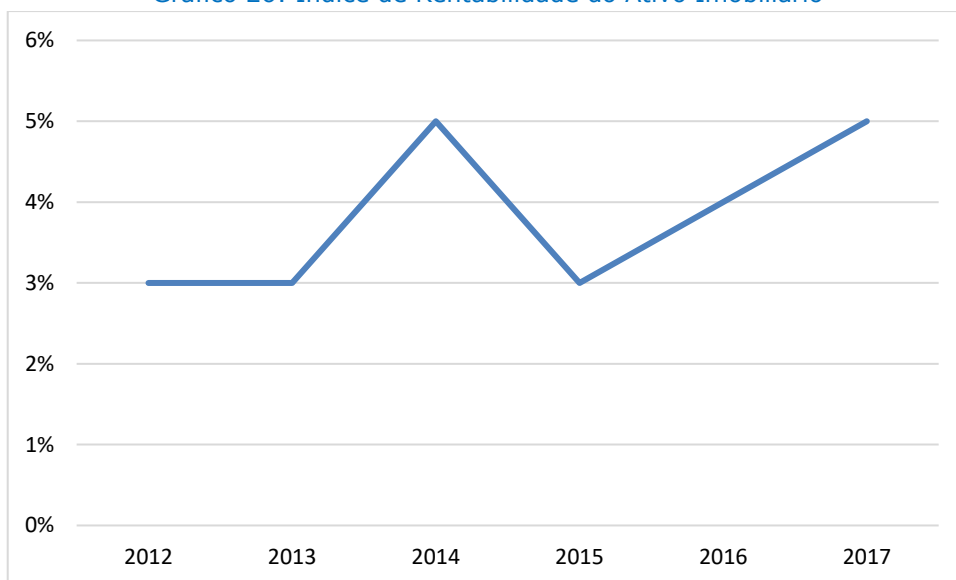
Gráfico 25: Arrecadação da Carteira Imobiliária



Fonte: GCR

Seguindo a política de investimentos estabelecida, o Fundo deu continuidade a uma série de ações de gestão incluindo licitações para ocupação de imóveis e procedimentos para pagamento de débitos de Taxas de Ocupação de exercícios anteriores, fazendo com que a rentabilidade desse ativo em 2017 aumentasse em relação a 2016.

Gráfico 26: Índice de Rentabilidade do Ativo Imobiliário



Fonte: GCR

Com as devoluções dos imóveis com baixo potencial de geração de renda no final de 2010 e as vendas dos imóveis com alto valor patrimonial no ano de 2012, 2013, 2014,

2015, 2016 e 2017, alinhado com o aumento da arrecadação apurados no último ano, pode-se atingir um índice de rentabilidade do ativo imobiliário de 5%.

Gestão da Carteira: No ano de 2017, registrou-se desaquecimento do mercado imobiliário em geral. Entretanto, os laudos de avaliação elaborados pela engenharia foram fundamentais para o sucesso na venda dos imóveis, em especial o localizado no bairro do Flamengo, sendo determinante para os resultados positivos atingidos pelo Rioprevidência durante o exercício.

Como resultado dos esforços da administração neste período, foram cumpridos 4 mandados de reintegração de posse, viabilizando que imóveis ocupados irregularmente gerem renda através da venda ou ocupação.

Por fim, diversas outras atividades de gestão foram executadas no exercício, como a realização de 5 parcelamentos de débitos, encaminhamento de 80 processos para inscrição em Dívida Ativa de ocupantes inadimplentes, justificada por uma melhoria no controle da carteira imobiliária, visando o aperfeiçoamento da gestão do patrimônio do Fundo.